



## UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO

### Transcrição da 134ª reunião, realizada em 09 de novembro de 2017

1 Em 09 de novembro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Unidade  
2 Regional Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do  
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório  
4 SEST/SENAT, Rua Martin Cypriem, 1.100, Bairro Bela Vista – Divinópolis -  
5 Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes:  
6 “José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de  
7 Minas; Wellington Dias Silveira, Secretaria de Estado de Agricultura,  
8 Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Giovanardi Marco Alves, Secretaria de  
9 Estado de Cidades e de Integração Regional – SECIR; Lucas José Oliveira,  
10 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Vandir Zacarias  
11 da Silva, Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – SETOP;  
12 Flávia Alves de A. Rodrigues, Ministério Público de Minas Gerais – MPMG;  
13 1º TEN. PM Luciano Marcelo de Oliveira, Polícia Militar de Minas Gerais –  
14 PMMG; Francisco de Faria Campos Júnior, Prefeitura Municipal situada na  
15 área de abrangência da URC; Rafaela Lúcia Martins de Oliveira, Comitê da  
16 Bacia Hidrográfica – CBH; Edécio José Cançado Ferreira, Federação da  
17 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Cinara Lucinei  
18 Mendes, Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias  
19 e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Clever Greco  
20 Magalhães, Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA; Conselheiro  
21 José Hermano Oliveira Franco, Associação AMA Pangéia – Amigos do Meio  
22 Ambiente. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL  
23 BRASILEIRO. 2. ABERTURA.** O Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
24 Desenvolvimento Sustentável, Patrick de Carvalho Timochenco, declarou  
25 aberta a 134ª reunião da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco.  
26 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Considera-se aberta então a  
27 134ª Reunião Ordinária Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Alto  
28 São Francisco, Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. Só fazer  
29 um comunicado ligeiro. A presença como suporte do pessoal do NAI –  
30 Núcleo de Auto de Infração. Também a presença dos Núcleos de  
31 Regularização Ambiental Arcos, Oliveira e Pará de Minas e para a gente tirar  
32 as dúvidas, o pessoal vai estar ajudando a dissolvê-las aí. Passo então para  
33 o 3º item da pauta. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais. Fica  
34 aberta a palavra. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS  
35 GERAIS.** Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Bom dia a todos. Pela  
36 segunda vez eu não recebi o e-mail. Eu queria deixar registrado, porque eu  
37 fiquei sabendo por acaso da reunião de novo. E ia ser muito ruim, porque eu

38 tive tempo ontem. Mal de mal *en passant*, dei só uma olhada nos processos.  
39 Então é muito ruim só olhar superficialmente igual eu fiz ontem. E até corrigi,  
40 corrigi assim, escrevi de novo meu e-mail ali para ver se consegue enviar  
41 antes com tempo hábil para a gente pelo menos estudar ou ler, porque ter o  
42 hábito de ler isso lá. Claro que os outros, os mais simples aqui de supressão,  
43 que nem precisava passar nessa casa aqui, na verdade na minha opinião,  
44 tanto faz, mas nos outros aqui faz diferença sim. Tá? Márcio, Supram/ASF:  
45 “É só para esclarecer que os e-mails são encaminhados para aqueles  
46 cadastrados junto à Semad.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:  
47 “São os mesmo, não mudou. Márcio, Supram/ASF: “Não mudou?”  
48 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Não. E não está chegando.”  
49 Márcio, Supram/ASF: “Entendi, é porque tem alguns que pedem para  
50 mandar no e-mail particular e aí cabe à instituição encaminhar para eles. A  
51 Semad encaminha para aqueles cadastrados na Semad.” Conselheiro José  
52 Hermano Oliveira Franco: “Não é o meu caso, assim no sentido. É o mesmo  
53 e-mail há anos. Márcio, Supram/ASF: “Está ok, vamos verificar.” Conselheiro  
54 José Hermano Oliveira Franco: “É um outro problema.” Márcio, Supram/ASF:  
55 “Vamos conferir lá.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira:  
56 “A minha reclamação é a mesma do José Hermano. Porque na reunião  
57 passada do dia 19, eu fui comunicado pelo Túlio que estava presente aqui  
58 quando ela foi cancelada. O Túlio estranhou a minha ausência e me ligou  
59 para saber o quê que estava acontecendo. Eu não fui comunicado. O meu e-  
60 mail é o mesmo desde a primeira reunião que eu participo aqui. Nessa  
61 última, a Supram me ligou. Há 02 dias atrás ela me ligou para confirmar a  
62 minha presença. E eu já passei para ela as informações, e só gostaria de  
63 deixar registrado para que evite esse contratempo. Aconteceu a mesma  
64 coisa com o José Hermano. Eu tive pouco tempo para poder verificar o quê  
65 que está acontecendo, os processos que vão passar, estão pautados aqui  
66 hoje. E como a gente tem outras atividades também, tendo um prazo maior a  
67 gente tem mais tempo. Principalmente o fim de semana para olhar isso.  
68 Obrigado.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Agradecido pela  
69 manifestação dos dois Conselheiros. A gente vai conferir lá como é que está,  
70 o quê que está havendo para a gente resolver isso aí tá? Até também essa  
71 questão de prazo do recebimento desse material. Mais algum Conselheiro?  
72 Ok gente? Podemos passar então para o exame?” **4) Exame da Ata da 133<sup>a</sup>**  
73 **RO de 17/08/2017.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Exame da  
74 ata da 133<sup>a</sup> Reunião Ordinária, de 17/08/2017. Algum comentário?” Não se  
75 identificou: “Abstenção, pela não participação.” Presidente Patrick de  
76 Carvalho Timochenco: “Mais algum comentário? Ok gente. Então considere-  
77 se como aprovada, isso? Maravilha. Passando então para o 5º item.” **5)**  
78 **Processos Administrativos para exame de requerimento para**  
79 **Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de**  
80 **regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento**

81 **Ambiental. 6) Processos Administrativos para exame de Recurso de**  
 82 **Autos de Infração.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E como já  
 83 vem sendo feito e foi feito na reunião passada, eu vou ler tudo tá? Pode ser  
 84 gente. e algum destaque, manifesta. A gente anota e depois a gente volta na  
 85 discussão, processo a processo, ok? **Item 5.1 Leandro Sodré**  
 86 **Rodrigues/Fazenda Pouso Alegre - Pecuária - Formiga/MG - PA/Nº**  
 87 **13010005744/12 - Área de RL: 7,6700 ha - APP: 6,1072 ha - Área**  
 88 **Requerida: 9,0000 ha - Área Passível de Aprovação: 3,1400 ha.**  
 89 **Fitofisionomia: Cerrado/Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de**  
 90 **Regeneração: Médio. NRRÁ Arcos.** “Esse processo ele vai ser retirado de  
 91 pauta, uma vez que surgiu alguns elementos novos que prejudicaram a  
 92 análise e ele assim que voltar para análise, ele volta na próxima reunião.”  
 93 **Item 5.2. Anselmo Martins de Almeida/Fazenda Pinduca, Gleba II -**  
 94 **Pecuária - Nova Serrana/MG - PA/Nº 02010000463/14 - Área de RL:**  
 95 **17,2050 ha - APP: 15,5800 ha - Área Requerida: 36,3000 ha - Área**  
 96 **Passível de Aprovação: 11,7100 ha. Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de**  
 97 **Regeneração: Médio. NRRÁ Pará de Minas.** Presidente Patrick de  
 98 Carvalho Timochenco: “O encaminhamento é favorável ao deferimento  
 99 parcial. Alguma manifestação? Clever. Pede o destaque, a gente volta nele  
 100 depois com o destaque, ok? Maravilha. Item, então destaque para o Clever.”  
 101 Márcio, Supram/ASF: “Eu estou anotando aqui.” Presidente Patrick de  
 102 Carvalho Timochenco: “Maravilha, obrigado.” **Item 5.3, Tarcísio Eustáquio**  
 103 **da Silva/Fazenda Guarapuá - Silvicultura - Divinópolis/MG - PA/Nº**  
 104 **13020000771/15 - Área de RL: 2,8554 ha - APP: 3,6406 ha - Área**  
 105 **Requerida: 6,1000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha.**  
 106 **Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ**  
 107 **Oliveira.** Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “O encaminhamento é  
 108 por favorável ao indeferimento.” **Item 5.4. Luiz Cesário de**  
 109 **Mendonça/Fazenda Boa Vista e Morro do Pião - Pecuária - Formiga/MG -**  
 110 **PA/Nº 13010001300/15 - Área de RL: 17,8900 ha - APP: 8,5766 ha - Área**  
 111 **Requerida: 10,4000 ha de supressão e 18 cortes de árvores nativas -**  
 112 **Área Passível de Aprovação: 4,8000 ha e 00 cortes de árvores.**  
 113 **Fitofisionomia: Ecótono. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ Arcos.**  
 114 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Favorável ao deferimento  
 115 parcial.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Eu tenho a mesma dúvida  
 116 dos outros. A minha dúvida é igual para todos eles. Destaque. Presidente  
 117 Patrick de Carvalho Timochenco: “Maravilha. Está marcado aqui Clever. **Item**  
 118 **5.5 Arnaldo de Castro/Fazenda Bugius e Santa Cruz - Pecuária -**  
 119 **Agricultura - Candeias/MG - PA/Nº 13020000721/16 - Área de RL: 5,2932**  
 120 **ha - APP: 1,2848 ha - Área Requerida: 9,9856 ha - Área Passível de**  
 121 **Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional**  
 122 **Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. NRRÁ Oliveira.**  
 123 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Encaminhamento favorável ao

124 indeferimento.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Meu caso, a minha  
 125 dúvida persiste que é igual para todos.” Márcio, Supram/ASF: “Destaque  
 126 CODEMA Divinópolis.” **Item 5.6 Múcio Guimarães Tolentino/Loteamento**  
 127 **Urbano Bela Vista - Infraestrutura - Cláudio/MG - PA/Nº 13020000729/16**  
 128 **- Área de RL: 0,0000 ha - APP: 0,0000 ha - Área Requerida: 0,4788 ha -**  
 129 **Área Passível de Aprovação: 0,4788 há. Fitofisionomia: Floresta**  
 130 **Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Médio. NRR**  
 131 **Oliveira. Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**: “Encaminhamento é  
 132 favorável ao deferimento. Então findos o item 5º. E a gente passa para a  
 133 leitura então do 6º item da pauta.” **6) Processos Administrativos para**  
 134 **exame de Recurso de Autos de Infração. Item 6.1 Globoaves São Paulo**  
 135 **Agro Avícola Ltda. - Incubatório - Formiga/MG - PA/Nº**  
 136 **08540/2005/001/2008 - AI/Nº 1627/2008. Apresentação: Supram ASF.**  
 137 **Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**: “Favorável ao indeferimento.”  
 138 **Item 6.2 Geraldo Magela de Oliveira - Avicultura de corte e reprodução e**  
 139 **Suinocultura (crescimento e terminação) - Pará de Minas/MG - PA/Nº**  
 140 **CAP 457482/16 - AI/Nº 67847/2012. Apresentação: Supram ASF.**  
 141 **Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**: “Favorável ao indeferimento.”  
 142 **Item 6.3 Rio Branco Alimentos S/A - Incubatório - Pará de Minas/MG -**  
 143 **PA/Nº CAP 468873/17 - AI/Nº 51162/2013. Apresentação: Supram ASF.**  
 144 **Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**: “Favorável ao indeferimento.”  
 145 **Item 6.4 Baptista de Almeida Comércio e Industria Ltda. - Fabricação de**  
 146 **produtos alimentares, não especificados ou não classificados -**  
 147 **Oliveira/MG - PA/Nº CAP 474743/17 - AI/Nº 010/2014. Apresentação:**  
 148 **Supram ASF. Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**:  
 149 “Encaminhamento favorável ao indeferimento.” **Item 6.5. Indústria e**  
 150 **Comércio de Fogos Tiziu Ltda. EPP - Fabricação de pólvora e artigos**  
 151 **pirotécnicos - Santo Antônio do Monte/MG - PA/Nº CAP 456457/16 -**  
 152 **AI/Nº 049389/2014. Apresentação: Supram ASF. Presidente Patrick de**  
 153 **Carvalho Timochenco**: “Favorável ao indeferimento.” **Item 6.6. Laticínios**  
 154 **Curral de Minas Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de**  
 155 **laticínios - Oliveira/MG - PA/Nº CAP 437538/17 - AI/Nº 011940/2015.**  
 156 **Apresentação: Supram ASF. Presidente Patrick de Carvalho Timochenco**:  
 157 “Encaminhamento favorável ao indeferimento.” **Item 6.7. Laticínios Curral**  
 158 **de Minas Ltda. - Preparação do leite e fabricação de produtos de**  
 159 **laticínios - Oliveira/MG - PA/Nº CAP 437540/17 - AI/Nº 011942/2015.**  
 160 **Apresentação: Supram ASF. “Encaminhamento favorável ao**  
 161 **indeferimento.” Item 6.8. Marcílio José da Silva - Empacotamento de**  
 162 **carvão - Itapeçerica/MG - PA/Nº CAP 437829/17 - AI/Nº 46602/2015.**  
 163 **Apresentação: Supram ASF. “Encaminhamento favorável ao**  
 164 **indeferimento.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira**: “Senhor  
 165 Presidente, eu deixei o senhor ler até o final porque eu queria ver se todos  
 166 eram pelo indeferimento. Como aconteceu. Eu tenho uma dúvida que eu

167 gostaria só de um questionamento rápido ao jurídico. Foi apreciado  
168 atenuantes, todos esses casos ou nenhum deles era passível de aplicação  
169 de atenuantes?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Aqui, posso  
170 sugerir? Desculpe, Fabiano. Vamos seguir o rito? A gente volta no 06. A  
171 gente discute de forma genérica depois no ponto, maravilha?” Márcio,  
172 Supram/ASF: “Só desculpa interromper, mas essa questão ela tinha que ser  
173 destacada em cada parecer. Porque a gente vai agora discutir os que foram  
174 prestados destaques conforme o regimento e aqueles que permanecerem  
175 em silêncio vão ser julgados. Então talvez no âmbito da discussão daqueles  
176 que forem destaque, pode verificar se houve condicionante ou não.  
177 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ou o atenuante. A gente volta  
178 tá Edélcio. Sônia, vamos resolver o 05. A gente vai no 06, depois que vai  
179 entrar no AAI não é isso? A gente deixa para resolver tudo na hora. Aí já  
180 (trecho incompreensível) tudo de uma vez. A questão do item 7 que é um  
181 assunto muito específico, a gente deixa para depois da discussão tá?  
182 Edélcio, eu vou abrir o 5.1, a gente volta no 06 tá? A palavra com o Clever, tá  
183 Clever? Itens 5.3, 5.4, 5.5. Já que você falou que parece que as dúvidas são  
184 semelhantes não é?” Márcio, Supram/ASF: “5.2 também. Foi pedido  
185 destaque.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “A minha dúvida é o  
186 seguinte. A gente percebe aqui que são pequenas propriedades. E vem pelo  
187 deferimento parcial. Eu não tive, confesso que eu não tive tempo de ler os  
188 pareceres técnicos, mas rapidamente dá para perceber qual que é a minha  
189 intenção. Continua sendo o desenvolvimento sustentável não é? Mas nunca  
190 esquecendo o desenvolvimento. Eu vi casos aqui que as pessoas deixam de  
191 ter a propriedade. A função social da terra também vai embora e às vezes a  
192 função ambiental é em uma área muito pequena. E a minha preocupação é  
193 essa com o produtor rural principalmente. Então tem os casos aqui de  
194 pedidos de 11 hectares e defere, o deferimento parcial. Eu queria perguntar  
195 por quê que é parcial? Porque eu não pude, eu não tive tempo de ler. São  
196 quatro casos aqui que está como parcial. Presidente Patrick de Carvalho  
197 Timochenco: “Entendido Clever.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Só  
198 entender porque o pedido de deferimento é parcial.” Presidente Patrick de  
199 Carvalho Timochenco: “Entendido. Gente, desculpa, o Márcio me lembrou  
200 uma coisa aqui. Nós precisamos votar aqueles processos que não teve  
201 destaque. Desculpa. Eu vou voltar, depois eu volto em você.” Conselheiro  
202 Clever Greco Magalhães: “Ah, ok.” Presidente Patrick de Carvalho  
203 Timochenco: “Tá? Hoje está meio confuso, mas nós vamos chegar no final tá  
204 gente? Só uma questão Márcio. O item 5.2 também foi destaque não é isso?”  
205 Márcio, Supram/ASF: “Foi.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “É  
206 Clever, é 5.2, 5.3 e 5.4?” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “E 5.5.”  
207 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E 5.5? Ok. Então vou voltar  
208 então, a gente vai votar o 5 da pauta e o 6 tá gente? E depois a gente volta  
209 em Clever e depois na demanda do Edélcio. Então coloco em votação o item

210 5.1.” Márcio, Supram/ASF: “Não. Esse retirou de pauta.” Presidente Patrick  
211 de Carvalho Timochenco: “Desculpa gente. Tirado de pauta. Márcio,  
212 Supram/ASF: “5.3” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “O 5.3 ele  
213 pediu também. O 5.3 está também no seu?” Conselheiro Clever Greco  
214 Magalhães: “ O caso do 01 é a mesma coisa.” Márcio, Supram/ASF: “Não, o  
215 item 5.3 não foi pedido de destaque não.” Presidente Patrick de Carvalho  
216 Timochenco: “Pediu não? Então o 5.6 também não pediu não, não é? Então  
217 assim, coloco em votação os itens 5.3 e 5.6. Abstenção da Flávia não é? É  
218 preciso justificar? Você quer justificar Flávia?” Flávia Alves de A. Rodrigues,  
219 MPMG: “Abstenção dos itens em votação.” Presidente Patrick de Carvalho  
220 Timochenco: “Ok. Mais alguma manifestação? Então considera-se aprovado  
221 os pareceres itens 5.3 e 5.6. Agora a gente passa para o item 06 da pauta.  
222 Tá. Eu ia votar tudo de uma vez não? Depois a gente volta para a discussão  
223 não? Melhor não? Pode ser gente? Pode não? Pode não Sônia? Então  
224 vamos votar. Então Clever. Alguma manifestação gente, quanto à dúvida do  
225 Clever? A dúvida do Clever é a seguinte. Ele, o deferimento parcial da  
226 solicitação da alteração de solo, por quê o parcial?” Débora, Supram/ASF:  
227 “Na verdade é porque lá é estágio médio, a parte que está sendo indeferida é  
228 estágio médio. E nós estamos amarrados na lei, o artigo 23 da Lei 11.428  
229 que é a lei da Mata Atlântica, ela elenca a exceções que pode haver  
230 supressão em estágio médio. E os casos aqui não se encaixam nas  
231 exceções.” Não se identificou: “Mas aqui está constando como classificação  
232 de cerrado não é? Débora, Supram/ASF: “Mas é dentro do Bioma Mata  
233 Atlântica e o estágio médio. Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira:  
234 “Voltamos aqui à nossa discussão antiga. A Lei da Mata Atlântica ela é  
235 claríssima. Tá? Mata Atlântica é aquilo que está no mapa do IBGE conforme  
236 reza a lei. E a lei não é para a gente ter a aplicação dela extensiva por  
237 entendimentos. Lei é lei. Eu sugiro aos empreendedores aqui que se  
238 julgarem prejudicados, que recorram ao judiciário que com certeza, o  
239 sucesso será total.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Eu gostaria de  
240 perguntar ao jurídico, o quê que é caracteriza uma pequena propriedade. É a  
241 extensão, o fato do empreendedor morar no empreendimento. Tem mais  
242 alguma outra coisa?” Débora, Supram/ASF: “O artigo 3º da Lei 11.428. O  
243 inciso I. Eu vou ler para você.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “É  
244 porque no item 5.1, só de Reserva Legal nós temos 7.67 hectares. APP, 6.1  
245 hectares. Acredito não ser uma pequena propriedade rural. Ou estou  
246 enganado?” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Até 4 módulos  
247 rurais, até 4 módulos, até 80 hectares aqui é pequeno.” Débora,  
248 Supram/ASF: “Eu não entendi a pergunta, você repete, por favor?”  
249 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “A minha pergunta é, o que é, quanto  
250 hectares caracterizam uma pequena propriedade rural?” Débora,  
251 Supram/ASF: “Ah são até 4 módulos fiscais se não me engano.” Conselheiro  
252 Giovanardi Marco Alves: “Tá, 4 módulos fiscais seriam o quê em hectares?”

253 Eu não tenho esse conhecimento.” Débora, Supram/ASF: “Depende do  
254 município.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Tá. Neste município aqui  
255 de Arcos.” Débora, Supram/ASF: “Nova Serrana.” Conselheiro Giovanardi  
256 Marco Alves: “Quanto vale um módulo/hectare?” Jonas, NRRRA Arcos: “No  
257 caso do 5.1 que você perguntou, não foi? Em Arcos o módulo fiscal é 30  
258 hectares. Logo, uma propriedade com 04 módulos fiscais é 120 hectares.  
259 Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Ok.” Lucélia, NRRRA Pará de Minas:  
260 “Por favor. Com licença. Só para esclarecer o caso. Como a discussão aqui é  
261 sobre a Fazenda Pinduca não é? Que é o item 5.2. Só para esclarecer, eu  
262 não me lembro direito quantos módulos fiscais tem o município, mas no  
263 parecer aqui eu coloquei, quantos módulos fiscais tem o imóvel é 2,4.” Não  
264 se identificou: “Se não me engano em (trecho incompreensível) é 25  
265 hectares.” Lucélia, NRRRA Pará de Minas: “Em Nova Serrana. É mais ou  
266 menos.” Não se identificou: “É 20, 20.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves:  
267 “Uma outra pergunta. Uma outra característica da propriedade rural, acredito  
268 eu seja o fato do produtor tirar sustento daquilo ali. E residir naquele local.  
269 Acontece isso nesse caso?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:  
270 “Qual o item específico Conselheiro?” Márcio, Supram/ASF: “É o 5.2.” Lucélia,  
271 NRRRA Pará de Minas: “5.2.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “A  
272 pergunta é a mesma para todos eles na verdade. Não, não, perguntando, o  
273 proprietário reside neste local?” Lucélia, NRRRA Pará de Minas: “Neste caso  
274 não. No caso do item 5.2, que é a Fazenda Pinduca, ele não reside no  
275 imóvel.” Conselheiro Giovanardi Marco Alves: “Então este imóvel então não é  
276 para retirar recursos para sustento familiar, ok? Visa lucro então?”  
277 Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Giovanazzi, hoje nós estamos  
278 tendo um problema muito sério, a Lucélia pode até nos ajudar nisso. Com  
279 problema de segurança no campo hoje, está tendo uma debandada muito  
280 grande para a cidade. Então o cara vai para a cidade, dorme, no outro ele  
281 vem de manhã, trabalha, à noite vai embora para não ficar lá, para não ser  
282 assaltado. Porque está, nós tivemos casos aí na região nossa lá de Moema,  
283 Lagoa da Prata do cara ser aprisionado com a família dentro do banheiro lá e  
284 os caras fazerem uma farra muito grande na fazenda e ameaçar inclusive de  
285 morte e alguns até tinham chegado a morrer não é Tenente? Teve caso de  
286 óbito não é? Então está acontecendo isso. Nós estamos tendo uma evasão  
287 do campo muito grande em função da segurança. Gente que morava lá hoje  
288 está preferindo morar na periferia da cidade, por questão de segurança.”  
289 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Fica registrado. Mais alguma  
290 dúvida gente?” Lucélia, NRRRA Pará de Minas: “Só para ser a dúvida sobre a  
291 questão desse processo em si, do meu processo, sobre, que é o item 5.2, se  
292 ele é pequeno produto rural ou não. No caso, ele não se encaixa como  
293 pequeno produtor rural porque ele tem esse imóvel, ele tem um imóvel  
294 também ao lado e pelo Cadastro Ambiental Rural dele, eu posso identificar,  
295 se não me engano, 5, 4 imóveis em vários municípios. Por isso que pela lei

296 ele não se encaixa se para ser pequeno produto rural, além de ter menos de  
297 4 módulos, além de outras características, ele deveria ter só este imóvel  
298 além de outras especificações que a lei coloca para se encaixar como  
299 pequeno produtor rural.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ok.”  
300 Não se identificou: “Menina, eu esqueci o nome da menina. Você classificou  
301 como menos de 04 módulos? Toda propriedade rural ela quer ser produtiva  
302 independente do tamanho, se é grande, pequeno ou médio. Quem tem  
303 propriedade rural e é um produtor rural, ele quer ter lucro. Independente do  
304 tamanho da propriedade. Isso não é porque a economia familiar não quer ter  
305 lucro. A economia familiar quer ter lucro, o grande produtor quer ter lucro. A  
306 terra é para produzir alimento. A nossa discussão aqui, a minha dúvida com  
307 relação ao porque o deferimento parcial. Não vejo nenhuma, se ele tem  
308 Reserva Legal, se ele tem APP respeitada. Tem a Reserva Legal,  
309 ambientalmente está correto, tem o (trecho incompreensível) e quer produzir,  
310 não está em Mata Atlântica. Não está em área de Mata Atlântica. Então a  
311 minha visão, a propriedade ela deve respeitar a Reserva Legal, as APP’s, a  
312 Mata Atlântica. O restante é para produzir alimentos. Nós somos um país  
313 totalmente agrícola, característica agrícola. Precisamos gerar emprego,  
314 precisamos gerar renda, precisamos gerar alimento. A função social da terra.  
315 Eu sou a favor pelo Deferimento solicitado que é muito pequeno 30 hectares.  
316 É um módulo, um módulo em Divinópolis são 20 hectares. Precisaríamos 04  
317 módulos para ser pequeno? Não estão pedindo nada.” Conselheiro José  
318 Hermano Oliveira Franco: “É, posso? Só fazer um comentário Conselheiro e  
319 eu compactuo com parte das suas ideias e vou aproveitar o seu gancho para  
320 falar uma outra coisa. Eu compactuo com o que o Edécio falou ali. Outra  
321 coisa. É o maior problema que nós estamos enfrentando no meu ponto de  
322 vista do funcionamento desse Conselho para te falar a verdade. Que é o  
323 esvaziamento desse Conselho. A gente não tinha que estar aqui discutindo  
324 isso. A gente está aqui, se é para ou discutir coisa seria, ou discutir como  
325 que nós vamos fazer para mudar essa realidade. Porque já está definido no  
326 mapa do IBGE. A lei está pronta. Nós vamos discutir, mas não vamos  
327 avançar porque a lei está pronta e eles trabalharam dentro da lei, porque é o  
328 que eles tem que fazer. O IBGE fez essa bobagem de fazer um risco no  
329 mapa lá de qualquer jeito e a gente se sujeita a isso. Aí você junta esse  
330 monte de gente de cabeça pensante, traz todo mundo para cá, para ver se  
331 vamos discutir o trabalho deles, que está de acordo com a lei? Vamos  
332 discutir a lei. Os COPAM’s tem que voltar a funcionar. Então pelo menos, se  
333 não vai vir processo sério aqui, que venha discutir a lei. Então vamos discutir  
334 melhoras, vamos sugerir melhoras, porque enquanto for acontecer isso  
335 Conselheiro, todos os processos vão ser iguais. A gente vai vir aqui ver se o  
336 cara pode desmatar meio hectare e nós vamos passar pela discussão e  
337 vamos falar, Mata Atlântica e nós todos vamos ter que falar, é Mata Atlântica.  
338 Por quê? Porque está na lei, é de acordo com o IBGE. E eu compactuo, na

339 verdade eu não estou te contrapondo não. Eu concordo com isso, só que em  
340 vez desse Conselho estar discutindo como que a gente pode pressionar para  
341 mudar e fazer a realidade ser mais de acordo com o que é de fato, a gente é  
342 forçado a vir aqui votar.” Não se identificou: “Mas enquanto não se muda,  
343 nós temos, nós vamos discutir.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:  
344 “Não, temos que discutir. Não estou, não estou de forma alguma. Compactuo  
345 com essa ideia. Só que esvaziaram o COPAM. Virou um desperdício geral.  
346 Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Hoje nós somos uma Copa.”  
347 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Exato.” Conselheiro Edélcio  
348 José Caçado Ferreira: “Aqui não é COPAM mais, aqui hoje é uma Copa.  
349 Nós estamos discutindo assunto de Copa, tá? Eu, a minha opinião, inclusive  
350 expressei isso na FAEMG, é pela extinção desses COPAM’s tá? Nós  
351 perdemos a função. Perdemos totalmente a função. É pela extinção. Isso  
352 aqui, o Estado está fazendo os Conselheiros de palhaços. Faltou pouco  
353 mandar o narizinho para cada um de nós.” Conselheiro José Hermano  
354 Oliveira Franco: “Só isso.” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “E  
355 está fazendo os técnicos virem aqui e prestar um serviço desnecessário.  
356 Porque isso podia ter sido resolvido lá dentro. A maior parte dos casos ia ser  
357 resolvido via judicial, porque é enquadramento legal, não é enquadramento  
358 legal. A Advocacia Geral do Estado tem um entendimento. Ela tem o direito  
359 de entender, agora a lei é clara, tá? E eles têm que respeitar o entendimento  
360 da (trecho incompreensível), porque se não respeitar, como funcionário  
361 público, eles vão ser punidos. Então eu respeito o posicionamento deles.  
362 Respeito, entendo. Só que ao mesmo tempo eu acho que o produtor no caso  
363 aqui especificamente nós estamos tratando de produtores, estão sendo  
364 extremamente prejudicados, tá? Estão sendo extremamente prejudicados. E  
365 o fórum para resolver isso não é aqui nessa Copa, tá? O fórum para resolver  
366 isso é no judiciário, tá? E deixo aqui registrado. Vamos extinguir isso aqui  
367 para parar com isso gente. Vamos voltar então aqui, isso é uma Copa. 05  
368 pessoas vem cá, julga esses processos. Agora reunião, deslocamento aqui.  
369 Quanto teve de despesa para poder por esse Conselho funcionando aqui  
370 hoje? Para não julgar praticamente, assunto de Copa? Assunto de Copa?  
371 Isso aqui, leve o meu protesto à SEMAD. Acho que está passando da hora  
372 de acabar com essa farsa.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco:  
373 “Faço coro.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Fica registrado  
374 Edélcio e José Hermano. Agora eu acredito que essa ideia, essa colocação  
375 do José Hermano, eu acho uma colocação bem pertinente, não é? Vamos  
376 discutir realmente o que é mais relevante para não ficar chovendo no  
377 molhado uai.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Exatamente. Não  
378 esquecendo, eu acho que lei é lei e tal. Mas o COPAM ainda existe e ainda  
379 somos deliberativos. Não. É impressionante como que as pessoas, às vezes  
380 por falta de experiência, às vezes por estar chegando agora, quando se vê  
381 um parecer jurídico, o técnico se inibe, agacha, tem medo de ir contra um

382 parecer jurídico. As questões ambientais precisam ver, ser vistas  
383 tecnicamente.” Márcio, Supram/ASF: “Conselheiro, desculpe te interromper.  
384 Mas essa alegação, ela, eu como jurídico analista e têm vários colegas  
385 técnicos, isso não procede não é? Cada processo tem a sua peculiaridade,  
386 cada processo tem uma gama de circunstâncias, mas isso é uma alegação  
387 que precisa ser fundamentada, justificada e não julgar no meio de uma  
388 sessão.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “A lei é muito técnica.”  
389 Márcio, Supram/ASF: “A lei é técnica sim.” Conselheiro Clever Greco  
390 Magalhães: “Precisa, as visões técnicas serem atendidas ou pelo jurídico,  
391 conforme Parecer Técnico, conforme visão técnica. É muito importante que  
392 se veja tecnicamente a legislação.” Presidente Patrick de Carvalho  
393 Timochenco: “É assim, realmente o que prevalece nos pareceres são os  
394 quesitos técnicos, Conselheiro. Eu faria coro ainda o que José Hermano  
395 colocou, Conselheiro Clever. Eu acho que além de discutir a lei, o corte,  
396 discutir os artigos da lei, eu acho que a gente também tinha que ampliar a  
397 discussão, no campo do uso da terra não é? Eu acho que está passando da  
398 hora do Estado, do Governo, discutir realmente o uso da terra. Eu como  
399 Fiscal de Floresta, a gente tem trabalhado alguns projetos agrícolas, hidro-  
400 agrícolas e o que a gente mais tem visto, não é, é necessidade de  
401 intervenções, principalmente práticas mecânicas, que as vegetativas já não  
402 atendem, para a gente melhorar a capacidade e o suporte solo não é? A  
403 gente está tratando dentro o Instituto Estadual de Floresta sobre o manejo de  
404 pastagem, para melhorar essa absorção de água, essa esponja que está aí  
405 fora aí. Então além de discutir os atos técnicos, específicos da Lei, que talvez  
406 são até frios, não é? Voltando essa questão técnica que você coloca. Eu  
407 acho que já passou, entendeu? Do Governo ou do Estado discutir o uso da  
408 terra. Só uma observação, podemos voltar? Mais alguma coisa meninas?”  
409 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Presidente.” Presidente Patrick  
410 de Carvalho Timochenco: “Sim.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira:  
411 “A Embrapa, eu falei isso aqui já. A Embrapa está com um trabalho baseado  
412 nas informações levantadas pelo CAR, Embrapa de Campinas. Eu acho que  
413 é interessante os órgãos ambientais tomar conhecimento deles. É um  
414 trabalho fantástico. Eu vou tentar.” Presidente Patrick de Carvalho  
415 Timochenco: “Fica registrado.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira:  
416 “Se vocês não conseguirem acessar, eu vou tentar ver se eu consigo trazer  
417 em um CD com essas informações e repassar para vocês.  
418 Interessantíssimo.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ótimo.”  
419 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Nós estamos malhando em  
420 ferro frio aqui quando nós falamos aqui de propriedade rural. O problema é  
421 outro hoje.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Traz para gente  
422 Edélcio. Vai agregar, por favor. Mais alguma coisa?” Conselheiro Giovanardi  
423 Marco Alves: “Entendo perfeitamente as palavras de Clever, de Edélcio  
424 sobre o tanto que o produtor rural pode vir a ser prejudicado com a lei

425 ambiental. Tá? Veja que nessa pauta aqui, que nós temos cidade aqui como  
426 Arcos, Pará de Minas e Oliveira. Cidades que estão em pleno processo de  
427 escassez hídrica. Quando eu faço uma pecuária, um processo de pecuária  
428 que o empreendedor solicitou em 36.3 hectares, acredito que alguém vai sair  
429 perdendo com isso também. O produtor vai ganhar, tenho absoluta certeza  
430 disso. Agora, quanto as tecnologias da Embrapa, as fontes sustentáveis para  
431 manter aquele empreendimento produtivo. Será que isso vai ser alcançado?  
432 Minha dúvida é essa. Por isso, voto pelo deferimento parcial deste  
433 empreendimento.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Essa que  
434 talvez seja boa discussão. Ela não fica presa em um assunto específico não  
435 é?” Conselheiro Edélcio José Caçado Ferreira: “Quando o produtor ganha,  
436 a sociedade toda ganha. Porque ele está produzindo é para a sociedade.  
437 Nós vamos ter alimento de qualidade mais barato. Vamos parar de produzir  
438 um pouquinho então para a gente ver o quê que vai acontecer com os preços  
439 dos alimentos.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não  
440 precisamos ser tão radicais não Senhor Edélcio.” Conselheiro Edélcio José  
441 Caçado Ferreira: “Eu sou meio radical, já propus inclusive fechar as  
442 porteiças.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Oh gente, vamos  
443 seguir então. Acho que podemos votar então os itens? Ficou então, podemos  
444 encerrar a discussão então? Pode ser. Então vamos votar os itens em  
445 destaque do Conselheiro Clever. 5.2, 5.4 e 5.5. Em votação.” Conselheiro  
446 Clever Greco Magalhães: “É tudo igual, é a mesma dúvida, a mesma do  
447 deferimento parcial.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Coloco  
448 em votação.” Márcio, Supram/ASF: “Abstenção do Ministério Público.” Flávia  
449 Alves de A. Rodrigues, MPMG: “Flávia, Ministério Público. Abstenção dos 03  
450 itens.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Abstenção também que eu não  
451 peguei a discussão.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Ok. Oh  
452 gente então, por favor.” Conselheiro Francisco de Faria Campos Júnior:  
453 “Abstenção.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Obviamente eu que  
454 suscitei a dúvida, eu voto pelo deferimento solicitado e não pela supressão  
455 parcial. O produtor tem que produzir.” Márcio, Supram/ASF: “Só para deixar  
456 claro. Aqueles que concordam com o parecer do órgão ambiental,  
457 permaneçam como estão e os contrários se manifestem.” Conselheiro  
458 Edélcio José Caçado Ferreira: “No pacote não. Tem um processo que me  
459 gerou dúvida aqui. O Candeias que eu não sei se ele está dentro da área do  
460 mapa do IBGE ou não.” Márcio, Supram/ASF: “Qual o item?” Conselheiro  
461 Edélcio José Caçado Ferreira: “5.5. Eu não sei se essa área está dentro do  
462 mapa do IBGE ou não. Porque se ela estiver dentro do mapa eu acompanho  
463 o posicionamento da Supram. Caso contrário eu vou pelo voto contrário.”  
464 Márcio, Supram/ASF: “Mas nós já colocamos em votação.” Conselheiro  
465 Edélcio José Caçado Ferreira: “Não, exatamente, mas eu quero saber a  
466 informação. Está dentro do mapa ou não?” Márcio, Supram/ASF: “Mas isso  
467 tem que ser antes da discussão. Colocamos em votação.” Conselheiro

468 Edécio José Caçado Ferreira: “OK então, sou contra.” Não se identificou:  
469 “Já colocou cerrado aqui olha.” Conselheiro Edécio José Caçado Ferreira:  
470 “Sou contra, mais fácil de resolver.” Não se identificou: “O Parecer Técnico  
471 classifica como cerrado.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não,  
472 não, ele está como Floresta Estacional não é? É o 5.5, isso Edécio?” Márcio,  
473 Supram/ASF: “5.5.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Está como  
474 Floresta Estacional Semidecidual Mata Atlântica. Te responde?” Conselheiro  
475 Edécio José Caçado Ferreira: “Não, responde.” Presidente Patrick de  
476 Carvalho Timochenco: “Responde?” Conselheiro Edécio José Caçado  
477 Ferreira: “Nesse aí eu sou pelo deferimento. Nos demais eu sou contra.” Não  
478 se identificou: “Você é contra o Parecer Técnico que está inserido no bioma  
479 Cerrado, pertencente à bacia do São Francisco.” Presidente Patrick de  
480 Carvalho Timochenco: “Gente, fazer um resgate aqui. Só um minutinho. Só  
481 para gente reorganizar. Nós já aprovamos então o 5.3 e o 5.6 não é isso?”  
482 Márcio, Supram/ASF: “Sim.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:  
483 “Isso? Vamos votar. Então eu vou botar em votação o item 5.2, quem estiver  
484 de acordo, permaneça como está. Teve uma abstenção do Ministério Público  
485 e do Wellington não é isso? Então 03 votos contrários.” Márcio, Supram/ASF:  
486 “Não. Não. São 03 abstenções e 01 voto contrário.” Presidente Patrick de  
487 Carvalho Timochenco: “Abstenção também, desculpa. Então são 03  
488 abstenções.” Conselheiro Edécio José Caçado Ferreira: “O meu é favor do  
489 deferimento.” Márcio, Supram/ASF: “Tá. Só 01 voto contrário.” Presidente  
490 Patrick de Carvalho Timochenco: “Precisa citar ou não?” Márcio,  
491 Supram/ASF: “Não.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então tem  
492 indeferimento, Edécio. Indeferimento, Clever indeferimento.” Conselheiro  
493 Edécio José Caçado Ferreira: “O meu é deferimento.” Presidente Patrick de  
494 Carvalho Timochenco: “O deferimento?” Conselheiro Edécio José Caçado  
495 Ferreira: “Deferimento integral. Sou contra o voto, contra o deferimento  
496 parcial. Então, tudo bem. Indeferimento do Parecer.” Márcio, Supram/ASF:  
497 “Vamos deixar claro. O item 5.2, com licença Patrick, teve 03 abstenções, o  
498 Ministério Público.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “E 02 votos  
499 contrários.” Márcio, Supram/ASF: “E 02 votos contrários.” Presidente Patrick  
500 de Carvalho Timochenco: “Isso.” Conselheiro Edécio José Caçado Ferreira:  
501 “Minha fundamentação nele aí é porque eu entendo que a aplicação da lei da  
502 Mata Atlântica não vem ao caso aqui.” Presidente Patrick de Carvalho  
503 Timochenco: “Ok, registrado.” Não se identificou: “Essa questão do voto  
504 contrário ficou parecendo que o voto está contrário ao deferimento parcial.  
505 Ele está favorável ao solicitado pelo produtor, é isso?” Márcio, Supram/ASF:  
506 “Não. É o voto contra o Parecer apresentado pela Supram.” Conselheiro  
507 Edécio José Caçado Ferreira: “Que não seja parcial e sim deferimento pela  
508 área total. Ok.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Gente, então  
509 quantos votos a favor? 01, 02, 03.” Conselheiro Edécio José Caçado  
510 Ferreira: “03 pelo deferimento, 02 pelo contrário e o restante foi abstenção.”

511 Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então processo aprovado, ok?  
512 Passo então para o item 5.4. Vamos votar. Quem acompanha o parecer do  
513 Núcleo, permaneça como está. Edélcio contrário.” Conselheiro Edélcio José  
514 Cançado Ferreira: “Mesmos fundamentos.” Presidente Patrick de Carvalho  
515 Timochenco: “Abstenção do Ministério Público. Abstenção Seapa. Emater?”  
516 Márcio, Supram/ASF: “02 abstenções e 01 voto contrário.” Presidente Patrick  
517 de Carvalho Timochenco: “O Francisco também, abstenção Francisco?”  
518 Márcio, Supram/ASF: “03 abstenções.” Presidente Patrick de Carvalho  
519 Timochenco: “03 abstenções e 01 voto contrário.” Conselheiro Edélcio José  
520 Cançado Ferreira: “O fundamento é o mesmo.” Presidente Patrick de  
521 Carvalho Timochenco: “O fundamento já está. Então considera-se aprovado  
522 o item 5.4. Item 5.5, em votação. Que mantenham como está  
523 acompanhando.” Flávia Alves de A. Rodrigues, MPMG: “Abstenção do  
524 Ministério Público.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Esse aí eu  
525 tive aquela dúvida, então eu vou me abster de votar.” Márcio, Supram/ASF:  
526 “04 abstenções.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Então fica  
527 como aprovado.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “O meu voto, eu  
528 mantenho o mesmo de todos que eu pedi o destaque, igual tá. Claro que  
529 solicitado.” Márcio, Supram/ASF: “Você está acompanhando o parecer do  
530 Núcleo não é?” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco: “Não. Ele está  
531 contrário ao Parecer.” Não se identificou: “É porque ele deveria ter votado,  
532 Conselheiro, não prestou atenção lá.” Presidente Patrick de Carvalho  
533 Timochenco: “Clever, manifeste-se então de forma definitiva, quais itens e  
534 seu.” Conselheiro Clever Greco Magalhães: “Ele está solicitando uma  
535 destoca de 9.9 hectares.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:  
536 “Identifique o número. Nós já entendemos. Só manifesta quais os itens que  
537 você ficou contrário, por favor, só para registrar. Por favor.” Conselheiro  
538 Clever Greco Magalhães: “Eu voto contrário.” Presidente Patrick de Carvalho  
539 Timochenco: “Que itens? Já passou o 02, o 03, está voltando.” Conselheiro  
540 Clever Greco Magalhães: “Este é o 5.5.” Márcio, Supram/ASF: “Este é o 5.5,  
541 são 04 abstenções e o voto contrário.” Presidente Patrick de Carvalho  
542 Timochenco: “Está ok. Então fica registrado. Está meio confuso hein gente.  
543 Mas vamos lá. Gente podemos passar então para o item 06? Edélcio, você  
544 poderia retomar o seu?” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira:  
545 “Doutora Sônia, vamos lá nós dois, como sempre. Eu só queria saber se  
546 nesses, todo esse rol de processos aqui, do 6.1 ao 6.8 se houve a  
547 possibilidade de aplicar atenuantes? Se não houve, obviamente, eu estou de  
548 pleno acordo. E se essas atenuantes, se houve a possibilidade, se elas  
549 foram apreciadas, o quê que aconteceu em todos esses processos? Porque  
550 pelo menos um tinha que ter atenuante doutora, me ajuda.” Sônia, advogada  
551 da Supram: “Conselheiro, quando o quê que a gente analisa em um recurso?  
552 Aquilo que é pedido. Para que fique adstrito ao recurso. Não é? Então se foi  
553 pedido, foi analisado e provado, concedido. Se caberia, foi concedido. Todos

554 foram analisados na medida do pedido e da comprovação.” Presidente  
555 Patrick de Carvalho Timochenco: “Respondido Edélcio?” Conselheiro Edélcio  
556 José Cançado Ferreira: “Respondido.” Presidente Patrick de Carvalho  
557 Timochenco: “Respondido. Maravilha Sônia, obrigado. Mais alguma?”  
558 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Dentro da palavra do Edélcio  
559 ali, só um segundo Presidente, por favor. Primeiro só fazer um contexto  
560 rapidinho aqui, que como representante da sociedade civil, não é questão de  
561 ser chato ou de ser ambientalista, nada disso. É uma questão de como a  
562 gente entende que a gente representa todo mundo, a gente discute a coisa e  
563 às vezes pontua muitas vezes a mesma coisa, para ver se a gente leva a  
564 discussão adiante. E de novo. Reunir esse monte de gente aqui, para discutir  
565 coisa que está na esfera legal, é no mínimo um contrassenso e um  
566 desperdício de tempo, porque isso não tinha, aqui, os novos  
567 empreendimentos onde os técnicos que aqui presentes poderiam dar  
568 contribuições, poderiam trazer contribuições de outros locais, poderiam fazer  
569 esses empreendimentos surgirem, de forma que vai muito mais de encontro  
570 ao desenvolvimento, à possibilidade de desenvolvimento sustentável, do que  
571 vir auto de infração cuja esfera de discussão me desculpem, não é aqui. Ou  
572 não deveria ser. A não ser que se esbarrasse em alguma questão técnica  
573 muito séria que precisasse de técnicos. Que aqui nós temos diferentes, de  
574 representantes de diferentes setores da sociedade. Agora fazer os  
575 Conselheiros todos virem aqui para fazer isso, está no mínimo subestimando  
576 a gente, o nosso trabalho e a capacidade que está instalada aqui. No  
577 mínimo, para dizer muito pouco e fica na esfera do educado. Porque é um  
578 absurdo não é? Não faz sentido isso para mim não.” Conselheiro Edélcio  
579 José Cançado Ferreira: “Concordo com você, mas essa atribuição aqui já era  
580 nosso do Conselho, mas ela era um apêndice. Ela era um apendicizinho.  
581 Chegava lá, você discutia 15, 16 processos nos bons tempos de  
582 Licenciamento Ambiental e 02, 03 processos de julgamento de multa. Agora  
583 nós ficamos aqui, viramos o Copão. Daqui a pouco nós vamos virar  
584 Copinha.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Bom dia a todos.  
585 Na primeira reunião que nós tivemos aqui, foi levantada essa questão. Do  
586 esvaziamento, dos julgamentos que seriam feitos aqui e foi proposto que o  
587 Conselho fizesse um documento manifestando isso e que todos nós  
588 assinaríamos e levaríamos isso para as instâncias competentes. Eu gostaria  
589 de saber se isso foi feito, como é que, em que pé que está isso? Que deve  
590 estar registrado que isso aconteceu na primeira reunião que nós fizemos  
591 aqui com esse novo, esse novo mandato, essa nova composição de  
592 membros.” Márcio, Supram/ASF: “Supram, Márcio, Alto São Francisco. De  
593 fato foi solicitado pelos Conselheiros esse documento. Foi repassado para a  
594 Superintendência. Eu peço a todos, até a próxima reunião para a gente já  
595 apresentar esse documento. Para ver em que pé que está. De fato eu não  
596 sei adiantar o assunto. Se isso foi para a Semad, que é um assunto mais de

597 gestão. E na próxima reunião a gente vai trazer este esclarecimento para  
598 constar isso em ata. Eu só queria, eu só queria dizer, deixar claro que os  
599 destaques foram feitos para a gente discutir os temas específicos dos  
600 processos. Essas, eu sei que é muito importante, mas a gente tem que se  
601 ater às questões que estão sendo levantadas. No caso foi a questão das  
602 atenuantes e condicionantes.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Aqui,  
603 por exemplo, eu concordo com você, mas primeiro o desconforto que a gente  
604 nem está querendo votar isso que acho que todo mundo aqui está achando  
605 que não está valendo a pena. Começa por aí. Ninguém está muito  
606 confortável. E segundo, o documento tem que ser feito pelo Conselho, não é  
607 pela Supram. Não entendi. Não era nós que teríamos que fazer não? Um  
608 documento que nós temos que fazer para a Supram que é vinculado ao  
609 Estado igual eu sou, que o Estado que tomou essa decisão de esvaziar a  
610 Copa para fazer um documento, mostrando para o Estado que nós estamos  
611 contra. Eu não estou entendendo. Eu não estou entendendo. Ou é nós que  
612 vamos fazer ou um documento? Até agora eu não entendi que documento é  
613 esse.” Márcio, Supram/ASF: “Salvo melhor juízo, o que ficou acordado nessa  
614 reunião, é que a Supram ela faria esse Ofício e traria aqui para a votação do  
615 Conselho.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “A minha sugestão é que o  
616 Ofício seja feito pelo Conselho e não pela Supram.” Conselheiro Edélcio  
617 José Cançado Ferreira: “Oh Wellington, na verdade não é a Supram que vai  
618 fazer. É o COPAM que vai fazer e a Supram tem uma estrutura que funciona  
619 como um tipo de uma Secretaria do COPAM. Então vai trazer o documento,  
620 nós vamos aprovar, nós vamos corrigir, nós vamos adequar. Mas o  
621 documento é originário de lá e vem é colocado aqui à nossa apreciação e  
622 nós vamos discutir. E isso não veio. Deveria ter vindo nessa reunião e não  
623 veio. Descumpriu uma determinação do Conselho. A determinação do  
624 Conselho foi descumprida. Eu gostaria que isso não ocorresse mais, já que  
625 nós estamos tão esvaziados, que nem determinação nossa agora não é  
626 considerada.” Conselheiro Wellington Dias Silveira: “Eu agradeço o  
627 esclarecimento viu Edélcio.” Conselheiro Roger Alexandre Nogueira Gontijo:  
628 “Lembrando que essa reunião, a primeira, acho que aconteceu em janeiro.  
629 Janeiro. Nós estamos em outubro e até agora nós não vimos retorno,  
630 andamento disso. Só para ficar registrado.” Conselheiro Edélcio José  
631 Cançado Ferreira: “Fevereiro.” Presidente Patrick de Carvalho Timochenco:  
632 “Obrigado Wellington pela manifestação e a gente vai dar uma celeridade  
633 nisso aí e eu acredito que na próxima reunião a gente pode estar trazendo  
634 isso aí tá. Vamos votar então o item 06 da pauta? Item 6.1, é quem estiver  
635 de acordo com, não houve destaque não é gente? Quem estiver de acordo  
636 com o Parecer, que permaneça como está.” Flávia Alves de A. Rodrigues,  
637 MPMG: “Flávia, Ministério Público. Vou deixar registrado aqui a abstenção da  
638 instituição em relação aos 08 itens.” Presidente Patrick de Carvalho  
639 Timochenco: “Bom, está registrado. Olha, eu vou votar tudo em bloco. Pode

640 ser gente?” Não se identificou: “Votar em bloco.” Presidente Patrick de  
641 Carvalho Timochenco: “Então fica 6.1 a 6.8. É, em votação. Quem estiver a  
642 favor do Parecer do NARC, permaneça como está. Então estão aprovados  
643 não é isso? Com abstenção do Ministério Público em todos os itens. Márcio,  
644 o item 07 da pauta. Apresentação da avaliação?” **7) Apresentação da**  
645 **Avaliação Ambiental Integrada da UGRH PN2 - Rio Araguari pelo**  
646 **grupo de empreendedores Autazes Empreendimentos e Participações**  
647 **Ltda./Primo Energética Ltda./Imagem Sistema de Informações Ltda./R3**  
648 **Eng. e Consultoria S.S/Wanerg Energética Ltda. com o**  
649 **acompanhamento da Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais -**  
650 **DEPA/SUGA/SEMAD.** Márcio, Supram/ASF: “Apresentação da Avaliação  
651 Ambiental Integrada da UGRH PN2 - Rio Araguari pelo grupo de  
652 empreendedores Autazes Empreendimentos e Participações Ltda./Primo  
653 Energética Ltda./Imagem Sistema de Informações Ltda./R3 Eng. e  
654 Consultoria S.S/Wanerg Energética Ltda. com o acompanhamento da  
655 Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais - DEPA/SUGA/SEMAD. Com a  
656 palavra.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Agora nós podemos ir  
657 para lá para ver que vai apresentar aqui, não vai não? Na tela?” Presidente  
658 Patrick de Carvalho Timochenco: “Vamos fazer gente? Seguir orientação do  
659 Edécio, recomendação dele? Eduardo Andrade, representante da empresa  
660 de consultoria: “Alô. Bom, boa tarde a todos. Meu nome é Eduardo Andrade,  
661 eu sou da Empresa Sete Soluções de Tecnologia Ambiental de Belo  
662 Horizonte. E nós fomos contratados por um grupo de empreendedores de  
663 hidroelétricas na Bacia do Rio Araguari, para elaboração da Avaliação  
664 Ambiental Integrada não é? Avaliação Ambiental Integrada ela tem que ser  
665 elaborada para um PGR, no caso é o PGR-PN2. A Semad que aprovou a  
666 Avaliação Ambiental Integrada. Até a gente esteve aqui na outra, na reunião  
667 anterior que foi cancelada. O pessoal da Semad esteve aqui, eu acho que  
668 não pôde vir, a presença da Gabriela e do Cássio e então, nós estamos aqui,  
669 nós temos obrigação de apresentar, apesar de não estar na Bacia do São  
670 Francisco, ser a Bacia do Paranaíba não é? Nós temos obrigação de  
671 apresentar porque uma pequena porção do PGR-Araguari faz parte da URC  
672 Alto São Francisco. Então nós temos que, por determinação do Termo de  
673 Referência que define a elaboração da AAI não é? Define que seja  
674 apresentada pela URC. Então nós estamos aqui hoje apresentando para  
675 vocês e amanhã estamos indo para Uberlândia apresentar na URC do Alto  
676 Triângulo e do Triângulo Mineiro. Então é um grupo de empreendedores, a  
677 Autazes que liderou o grupo de empresas, a Wanerg, a Primo, a Imagem e a  
678 R3 são todos empreendedores que tem projetos previstos de hidroelétricas  
679 na Bacia do Araguari. Eu vou mostrar para vocês só um histórico. Então a  
680 Avaliação Ambiental Integrada, surgiu lá atrás, na época em 2007, quando o  
681 Governo do Estado fez um programa de geração de energia no Estado de  
682 Minas Gerais, ele elaborou a avaliação ambiental estratégica, do programa

683 de geração de energia do Estado de Minas. E ele avaliou 300 PCH's e 45  
684 UHE's. Qual seria o impacto disso, desse programa que o Governo investiria  
685 no Estado. E como deu aquele *boom* de geração de energia, todo mundo  
686 investindo em energia hidroelétrica e energia elétrica, não é? Aí começou a  
687 ver que os impactos não era só de um empreendimento. Era de um conjunto  
688 de empreendimentos naquele curso d'água, naquela bacia. Então em 2012 o  
689 COPAM editou a Deliberação Normativa 175 que define que em 2012 todo  
690 empreendimento hidrelétrico foi o licenciamento foi suspenso até que se  
691 aprovasse a avaliação ambiental das energias elétricas na bacia. Então  
692 desde 2010 que Minas tem licenciamento de hidrelétrica na Bacia do  
693 Araguari e só após a aprovação daí agora que os empreendedores vão  
694 poder tocar o licenciamento. Então em junho de 2013, a Semad determinou a  
695 elaboração da AAI do Alto Araguari e a Sete foi contratada em 2015, certo?  
696 Nós elaboramos até o meio de 2016, e chegou em 2017, a Semad fez várias  
697 considerações. Ela participou de toda a elaboração da AAI junto com a  
698 gente, nos workshops internos nossos e agora em setembro ela aprovou a  
699 Avaliação Ambiental Integrada. Certo? E aí nós temos o compromisso então  
700 de apresentar as URC's. Então a Avaliação Ambiental Integrada é um  
701 Zoneamento Ambiental, praticamente é um Zoneamento Ambiental de toda a  
702 bacia nos moldes dos ZEE do Estado só que muito mais detalhado e focado  
703 para empreendimentos hidrelétricos, com o objetivo de desenvolvimento  
704 econômico e avaliar os cenários futuros da implantação desses  
705 empreendimentos hidrelétricos, não só de uma, do conjunto de  
706 empreendimentos hidrelétricos de toda a bacia. E viabilizar a geração de  
707 energia com desenvolvimento sustentável da bacia. Então a DN COPAM 75  
708 tem um Termo de Referência, nós fomos orientados a atender esse Termo  
709 de Referência e ela é desenvolvida com dados secundários, sem trabalho de  
710 campo, só disponibilizado com dados secundários e já desenvolvidos na  
711 bacia. A Bacia do Alto Paranaíba, já tinha sido feito uma Avaliação Ambiental  
712 Integrada para toda a bacia, que foi a empresa de pesquisa energética, que  
713 coloquei aqui, que elaborou. Então a gente seguiu a mesma metodologia  
714 dessa avaliação ambiental da Bacia do Paranaíba como um todo. E também  
715 seguimos, a gente tinha acabado de fazer a PN-1 que é a do Alto Paranaíba,  
716 a gente também pegou essa metodologia e melhorou ela para a PN-2. Então  
717 o Termo de Referência da DN-175, nós temos 05 documentos. O primeiro é  
718 o Plano de Trabalho. Depois se faz uma Caracterização Socioambiental da  
719 bacia. Temos o 3º que é a Avaliação Ambiental Distribuída e Principais  
720 Conflitos. O 4º documento é uma Avaliação Ambiental, a gente faz realmente  
721 Avaliação Ambiental Integrada não é? E o final, esse último relatório é um  
722 relatório, um Resumo Executivo de tudo e por fim, essa apresentação que a  
723 gente tem que fazer aqui para as URC's. Realmente é um trabalho muito  
724 técnico e muito extenso, quer dizer, foram 05 volumes, mais de 2 mil páginas  
725 e um trabalho muito intenso de geoprocessamento e essa é uma... O Termo

726 de Referência exige que seja uma equipe interdisciplinar com uma  
727 experiência de mais de 10 anos, os coordenadores desse trabalho, todos  
728 têm mais de 20 anos de trabalho na área de meio ambiente. Então nós  
729 temos uma equipe grande da Sete e também trabalhamos com uma ONG  
730 que fez, porque na Bacia do Araguari existe o Pato Mergulhão, a gente  
731 trabalhou junto com a Terra Brasilis que fez a parte do Pato Mergulhão, o  
732 estudo específico do Pato Mergulhão. E a parte jurídica foi pelo Campello  
733 Castro, também toda uma avaliação jurídica da avaliação ambiental e a  
734 equipe de apoio de edição e produção. Bom, a Abrangência. Igual eu falei, a  
735 Avaliação Ambiental Integrada tem que ser elaborada para a UPGRH. No  
736 caso a UPGRH da Bacia do Paranaíba é dividida em 03 UPGRH's a 01, a 02  
737 e a 03. Nós elaboramos no ano passado a PN-1, quer dizer, aprovou-se o  
738 ano passado a PN-1 e esse ano aprovamos a PN-2. Então nós estamos  
739 falando dessa porção da bacia e essa é a PN1 aqui no Estado, no Triângulo  
740 Mineiro. Ela abrange 20 municípios, aqui no... e a porção aqui que estaria na  
741 URC Alto São Francisco é o Município de São Roque de Minas, exatamente  
742 a nascente do Rio Araguari, ela faz parte da URC Alto São Francisco. A  
743 UPGRH ela cortou aqui em baixo o reservatório de Itumbiara, que ficou fora,  
744 que seria, está inundada pela UHE Itumbiara. Então aqui dentro, essa aqui é  
745 a divisão do Estado em URC's não é? A URC São Francisco é a em azul.  
746 Então realmente aqui você vê um pedacinho da URC, aqui no Município de  
747 São Roque, ela está aqui na URC Alto São Francisco e é por isso que nós  
748 estamos aqui e o quê que representa isso? Aqui na URC então ela pega a  
749 nascente do Rio Araguari, o Município de São Roque e nesse trecho tem um  
750 eixo disponível para a construção de hidrelétrica. Ela aqui, é importante  
751 porque é o Parque Nacional da Canastra. E onde tem a zona de  
752 amortecimento do parque e também a área de ocorrência do Pato  
753 Mergulhão, que é uma espécie ameaçada, altamente ameaçada no Estado  
754 não é? Bom, o 1º passo igual eu falei, é o Diagnóstico Ambiental, uma  
755 caracterização, onde a gente divide a caracterização em três temas que é:  
756 Os recursos hídricos (ecossistemas aquáticos), o meio físico (ecossistemas  
757 terrestres) e a parte do meio socioeconômico. A gente pega várias  
758 informações disponíveis sobre a bacia, como dado secundário, entendeu?  
759 Isso está no Termo de Referência. Agora, a escala de trabalho é essa  
760 mesmo, entendeu? Ela é um ferramenta de planejamento da bacia e assim,  
761 ela faz, vamos chegar no final as recomendações e diretrizes para o  
762 licenciamento ambiental desses empreendimentos, entendeu? Então a gente  
763 levanta todos os dados secundários e gera mapas. A gente gera dos  
764 recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, a gente gerou mapa da  
765 hidrografia, clima, hidrogeologias, solos ictiofauna, Pato Mergulhão. Então  
766 para cada um, uma variável dessa, a gente gera um mapa. Entendeu? Então  
767 esse aqui é um mapa de subdivisão de bacias. Certo? A unidade de  
768 planejamento nossa é a sub-bacia. São, cada, aqui então você gera mapa de

769 qualidade de água por sub-bacia, você gera mapa de hidrogeologia,  
770 disponibilidade hídrica, a gente levantou todos as outorgas da bacia e  
771 classificamos. A gente fez a disponibilidade hídrica, perda de solo, pegamos  
772 os conflitos, declaração de área de conflito do IGAM. Então a gente fez um  
773 grande diagnóstico dos recursos hídricos. Mapeamos toda a vegetação ciliar.  
774 Fizemos, atualizamos todo o mapa de uso de solo, em cima de imagens de  
775 satélites recentes. Levantamos trechos de corredeira de rio, trechos  
776 importantes para a reprodução de peixe, de peixe, de espécie migratória.  
777 Fizemos mapa de ocorrência do Pato Mergulhão. No caso do meio físico,  
778 ecossistema terrestre. Também levantamos o mapa de suscetibilidade de  
779 erosão nos solos, áreas legalmente protegidas. Então para cada tema desse,  
780 tem um mapa específico da UPGRH. No caso altimetria dos solos, uso do  
781 solo, as área prioritárias, áreas protegidas, unidade de conservação. Do meio  
782 socioeconômico também levantamos os dados de todos os municípios,  
783 condições de vida, demografia, atividade potencial turístico, finanças e PIB,  
784 tudo, patrimônio cultural. E também isso gera mapa por município. Cada  
785 município a gente classificou o PIB do município e se alto, se é baixo, se é  
786 médio, então fizemos os mapas de todos os municípios da Bacia. População,  
787 IDH, PIB, arrecadação de CFEM. Assentamento do INCRA. Sítios  
788 arqueológicos. Malha viária. Tudo isso compôs o diagnóstico em forma de  
789 mapas, certo? E por que isso. Essa base, isso serviu de base para se fazer a  
790 segunda parte da Avaliação Ambiental Integrada que chama Avaliação  
791 Ambiental Distribuída não é? Então depois da caracterização, você define  
792 indicadores de sensibilidade ambiental. E isso a gente gera, com esses  
793 mapas da caracterização, a gente gera mapas dos indicadores de  
794 sensibilidade ambiental da bacia e de potencialidade, que a gente chamou  
795 de Potencialidade Social. Depois disso, a gente define impactos de  
796 hidrelétrica. Quais os principais impactos das hidrelétricas e a gente  
797 espacializa esses impactos. Classifica os empreendimentos e os impactos e  
798 espacializa os impactos e gera mapas de impactos. Quando a gente cruza os  
799 dois, cruzando os impactos com a sensibilidade, a gente consegue a  
800 vulnerabilidade daquele território a médio e longo prazo, com um cenário de  
801 implantação de hidrelétrica que eu vou mostrar a médio e longo prazo. Então  
802 a gente estabeleceu nos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, 04  
803 indicadores de sensibilidade. Qualidade, que geralmente são impactados por  
804 hidrelétricas não é? Que é qualidade das águas, a disponibilidade hídrica  
805 superficial e subterrânea, o Pato Mergulhão e a biota aquática. A gente  
806 chamou, a gente chama de ISA, Indicador de Sensibilidade Ambiental. No  
807 meio físico, ecossistema terrestre, nós temos também 04 ISA's que é  
808 contaminação de água subterrânea, a erosão dos solos, a sensibilidade  
809 geológica e a sensibilidade dos ecossistemas terrestres. Do meio  
810 socioeconômico nós temos mais 05 ISA's que é a sensibilidade da exposição  
811 e organização socioterritorial, a sensibilidade das condições de vida dos

812 municípios, da população, a sensibilidade e o comprometimento do uso  
813 econômico do solo, e a sensibilidade do potencial de conflitos do solo e  
814 potencial de alteração de comunidades e patrimônio cultural. Então para  
815 cada ISA desse a gente elaborou um mapa, para cada Indicador de  
816 Sensibilidade. Esse aqui no caso é um exemplo da qualidade de água, a  
817 gente usou os dados, a gente trabalhou com os dados de qualidade de água  
818 do IGAM, então a gente trabalha com o IQA, contaminação por tóxicos e o  
819 índice eutrófico. Essas 03 variáveis compuseram o mapa de qualidade das  
820 águas da bacia. A gente classificou então o quê que seria IQA? Muito ruim,  
821 de 01 a 05, a gente classifica qual que seria, o quê que seria baixo, médio e  
822 alto índice de IQA que é a contaminação por tóxicos e estado eutrófico. Para  
823 cada bacia a gente classifica isso. E a gente cruza essas 03 variáveis com  
824 pesos, A gente deu pesos através da parte técnica, a visão técnica do  
825 técnico, mas também através de uma parte estatística que vê a consistência  
826 desses pesos, então a gente cruzando esses 03, essas 03 variáveis, através  
827 do que eu falei, um trabalho de geoprocessamento em que você cruza os  
828 mapas com pesos e te dá um o mapa que é o que seria o Indicador de  
829 Sensibilidade. No caso da qualidade a gente gerou 03 mapas, do IQA, da  
830 Contaminação por Tóxicos e Estado Eutrófico. Quando você cruza esses 03  
831 mapas com aqueles pesos, você tem o mapa da sensibilidade de cada bacia  
832 referente a qualidade da água. Então você vê aqui a bacia, essa bacia do Rio  
833 Claro e Alto Uberabinha, ele tem uma sensibilidade muito mais alta do que o  
834 restante da bacia não é? Uma sensibilidade alta e aqui tem uma  
835 sensibilidade média em função que já está alterado. Então para cada ISA a  
836 gente fez, para cada Indicador de Sensibilidade, a gente fez, é composto por  
837 vários mapas e aqui no caso a disponibilidade hídrica, a gente compôs 05  
838 mapas que é vazão, percentual de vazão outorgada, a demanda de água,  
839 água subterrânea, para cada um, colocando alguns pesos, você cruzou  
840 esses mapas, a sensibilidade está aqui olha, muito baixa, sensibilidade muito  
841 baixa entendeu? Porque já, porque essa região do Alto Araguari ela tem uma  
842 grande disponibilidade de água, ela tem baixo, ela ainda não tem outorga  
843 aqui, então ela tem água disponível entendeu? Aqui no caso de Santa  
844 Juliana, é uma região que já tem conflito por água, então a sensibilidade dela  
845 é muito alta, essa região aqui é uma região que tem muita irrigação, muito  
846 pivô central. Então aquela região já é mais sensível entendeu? Quer voltar?  
847 Então você tem o percentual de vazão. Isso aqui não, isso aqui foi levantado,  
848 isso aqui na verdade da dificuldade do IGAM, a gente levantou todas as  
849 outorgas do contrato do IGAM, todos os processos de outorgas da bacia  
850 entendeu? A gente fez um levantamento lá do IGAM. Eu cruzando, dá um  
851 mapa de sensibilidade de água hídrica subterrânea. O Pato Mergulhão a  
852 gente também gerou 03 mapas, que é função do uso do solo, de APP, o uso  
853 do solo preservado, onde está vermelho seria as matas ciliares preservadas,  
854 que ele depende de mata ciliar. Ele também vive em rios, vive em rios

855 menores, ele não vive nos grandes rios, ele só vive em pequenos rios, ele se  
856 alimenta de lambari, então ele precisa de curso d'água pequeno. E aqui é à  
857 distância do registro dele. Onde você vê o Alto Araguari, ele está bastante  
858 presente no Alto Araguari e na região de Patrocínio, onde ele ocorre mais.  
859 Então quando a gente cruzou esses 03 mapas, você tem a sensibilidade da  
860 bacia com relação ao Pato Mergulhão não é? Ele representa aqui bem a  
861 região de Uberaba, Uberlândia já não tem Pato Mergulhão, então já está  
862 bem alterada, então é pouco sensível. A região do Alto Araguari é muito  
863 sensível com relação ao Pato Mergulhão, também aqui da região de  
864 Patrocínio e Serra do Salitre, onde tem a ocorrência também. Com relação a  
865 ictiofauna também fizemos mapas, nós levantamos todos os trechos, ainda  
866 sem barramento. Os trechos importantes para a migração de peixe de longa  
867 distância. Onde você vê aqui o Alto Araguari, ele ainda tem um trecho  
868 grande, sem barramento, onde os peixes conseguem se reproduzir e  
869 também o Alto Quebra-Anzol. Cruzando com a qualidade da água, áreas  
870 prioritárias para conservação da ictiofauna e a coisa de endemismos de  
871 peixes também, são as áreas de cabeceira, as áreas mais altas da bacia,  
872 que ocorrem endemismos, são peixes geralmente nos pequenos cursos  
873 d'água. Então cruzando esses 03 mapas, a gente tem a sensibilidade da  
874 bacia com relação a ictiofauna. Você vê que a região, mesmo a região mais  
875 baixa do Araguari, já tem as grandes represas, grandes hidrelétricas, já está  
876 com o desenvolvimento econômico bem desenvolvido, não tem tanta  
877 importância quanto à bacia do Alto Araguari, o Quebra-Anzol onde se tem a  
878 reprodução de peixes, importante para a reprodução de peixes. E assim  
879 fizemos para todos os 04 ISA's e quando a gente junta os 04 ISA's, os 04  
880 Indicadores de Sensibilidade, de qualidade, disponibilidade, Pato Mergulhão  
881 e biota aquática, a gente tem um mapa que é Sensibilidade da Bacia com  
882 Relação a Recursos Hídricos, Ecossistemas Aquáticos, esse já é o mapa  
883 resumo desse tema não é? E então fizemos, está vendo, aí também fizemos,  
884 aqui eu fiz de forma resumida para não ter que ficar explicando cada um,  
885 acho que é muito longo, aqui no caso do meio físico, é o sistema terrestre. A  
886 gente juntou os 04 ISA's também, contaminação de água, suscetibilidade de  
887 erosão, suscetibilidade geológica, ecossistemas terrestres e gerou um mapa  
888 síntese do meio físico ao sistema terrestre. Onde você vê que a região mais  
889 sensível é o entorno do Parque da Canastra, por ser parque e aqui também  
890 essa aqui é a zona de amortecimento do parque. A região do Ribeirão do  
891 Inferno, também é uma região muito preservada, com vegetação nativa  
892 bastante preservada. Então são áreas mais sensíveis. Enquanto a parte mais  
893 azul é a parte que tem supressão, que tem mais agricultura com menos  
894 importância, menos sensível do que o resto da bacia. E fizemos também o  
895 meio socioeconômico. Todos os indicadores de sensibilidade do meio  
896 socioeconômico, para cada um foi gerado um mapa de todos os municípios e  
897 cruzando esse mapas também deu o mapa de sensibilidade associada ao

898 meio socioeconômico da UPGRH por município. Onde se vê, nesse mapa se  
899 vê também que os municípios mais desenvolvidos como Uberaba e  
900 Uberlândia e Araxá ele tem, é menos sensível do ponto de vista  
901 socioeconômico do que outros municípios mais, com menos dinâmica social  
902 como Serra do Salitre, Itapira, mesmo São Roque, um município mais pobre,  
903 com menos recursos e que é mais sensível a efeitos de empreendimentos.  
904 Então a gente cruzando os 03 indicadores de sensibilidade recursos hídricos,  
905 meio físico e ecossistema terrestre e meio socioeconômico da bacia, esses  
906 03 síntese, a gente tem o mapa de Sensibilidade Ambiental da Bacia. Esse  
907 aqui é o que representaria o Mapa de Sensibilidade Ambiental, acho que ele  
908 realmente demonstra bem a situação da bacia hoje, a situação atual. E  
909 quando se vê aqui que a mesma coisa a parte bem desenvolvida aqui de  
910 Uberaba e Uberlândia e a região mais preservada do Alto Araguari e o  
911 parque daqui, você vê que a sensibilidade ambiental é mais, é uma região  
912 mais sensível não é? Fizemos também o Potencial Social que seria o  
913 potencial dos municípios como o PIB, o crescimento do PIB e o IDH dos  
914 municípios e a receita orçamentária, a gente criou aí um índice e chamou  
915 Potencialidade Socioeconômica dos Municípios. Usando esses mapas, então  
916 nós tivemos, fizemos esse mapa síntese que é a Potencialidade  
917 Socioeconômica dos municípios da UPGRH. Você vê aqui os municípios  
918 mais pobres são os mais sensíveis, como São Roque, Serra do Salitre,  
919 Indianópolis. São os municípios mais pobres, enquanto os municípios mais  
920 ricos têm menos sensíveis. Tem mais potencial, quer dizer. A gente fez um  
921 mapa que chama Capacidade de Resposta dos Municípios aos efeitos.  
922 Cruzando o de Potencialidade Socioeconômica com o Sensibilidade da  
923 Socioeconômica, o que chamou de, a gente chamou de Capacidade de  
924 Resposta aos Efeitos de Entendimentos no Município. Quer dizer, se o  
925 município tem um potencial, mas ele é sensível, então cruzando esses dois  
926 mapas dá a capacidade de resposta, que seria a capacidade que esses  
927 municípios têm de retornar as condições depois de sofrer algum impacto,  
928 algum evento. Então você vê que realmente, ainda os municípios mais ricos  
929 têm condições de absorver melhor o efeito dos entendimentos. Como e os  
930 municípios menores, com menos dinâmica são aqueles que têm menor  
931 capacidade de resposta aos impactos. Bom, depois que a gente fez a síntese  
932 da Sensibilidade Ambiental e a Potencialidade Social, a gente jogou os  
933 empreendimentos hidrelétricos futuros. Os empreendimentos futuros na  
934 ANEEL, que é o órgão regulador de energia elétrica do Brasil, do país, tem  
935 todo o inventário hidrelétrico da bacia, de todas as bacias é feito um  
936 inventário hidrelétrico. Então o São Francisco tem. O Araguari tem. Quer  
937 dizer, e lá está previsto todo o potencial de geração de energia dessa bacia.  
938 Então nós estamos considerando o cenário atual, que é o que já existe lá  
939 hoje das hidrelétricas e até 2016. A gente considerou o cenário de médio  
940 prazo, que são os projetos de aproveitamento hidrelétrico que já tem projeto

941 básico aprovado na ANEEL, todos eles são e com cenário até 2016. E  
942 consideramos um cenário de longo prazo, os eixos disponíveis, são eixos  
943 que ainda não tem projeto básico aprovado na ANEEL. Então já é um  
944 cenário mais de longo prazo e previsto até 2036. Então hoje nós temos lá na  
945 Bacia do Araguari, o Capim Branco II, Capim Branco I, UHE Miranda, UHE  
946 Nova Ponte, aqui tem a PCH Pai Joaquim e a PCH Cachoeira dos Macacos,  
947 essas já existem lá hoje. Ali na Bacia do Uberabinha tem a PCH Malagone e  
948 a PCH Martins. Aqui na Bacia do Rio Claro tem uma CGH que é uma  
949 geração de energia pequena, CGH Barro Preto e ali em Pratinha tem a CGH  
950 Pratinha aqui. Esses são os empreendimentos no cenário atual. Então no  
951 cenário de médio prazo tem 10 projetos de PCH já com projetos básicos  
952 aprovados na ANEEL e uma PCH outorgada, porém ela não foi implantada.  
953 Essa chegou a ter a licença prévia, mas por falta de Avaliação Ambiental  
954 Integrada ela foi suspensa, o Ministério Público suspendeu a licença dela até  
955 que seja aprovada a Avaliação Ambiental. Então são 11 não é? E no cenário  
956 de longo prazo nós temos 12 eixos disponíveis de hidrelétricas ainda sem  
957 nenhum empreendedor e tem um potencial de geração. Então se você vê,  
958 essas são as hidrelétricas atuais. Quando você vê aí no curto prazo, no  
959 médio prazo, você tem no Rio Uberabinha, PCH Machado, Cachoeira do  
960 Miné, Buriti, Dias, Bom Jardim. Ali no Rio Claro você tem a Fazenda Salto.  
961 No Araguari tem a Cauá, Perdizes, Sacramento, Inferno, Desemboque. Aí no  
962 longo prazo você tem as verdinhas que é a Varginha, Rio Claro, Cachoana,  
963 Prata, Canoas, Fula, Nunes, essas são as PCH's previstas. Então aqui no  
964 Alto São Francisco nós temos a PCH Nunes que está aqui na URC Alto São  
965 Francisco e se ela vier a ser licenciada um dia, vai ter que ser licenciada aqui  
966 nessa URC. Bom, aqui no Quebra-Anzol, ainda tem mais 03 hidrelétricas que  
967 é Serrote, Morro Alto e Quebra-Anzol, também não tem projeto aprovado,  
968 mas são eixos disponíveis. Pegando, a gente, a identificação de impacto. A  
969 gente pegou todos, de todos esses empreendimentos, nós levantamos uma  
970 série de informações sobre eles, todas informações de reservatório,  
971 regularização, termo de residência, potencial espeleológico da região, se  
972 atinge vegetação, se não atinge, extensão do rio, qual a participação  
973 socioeconômica, uso do solo, se tem comunidade próxima, se não tem. E  
974 para cada empreendimento desse a gente avaliou a intensidade dos  
975 impactos de cada empreendimento desse. E espacializamos isso, nós vamos  
976 ver aqui, os impactos e para cada cenário. Então isso aqui é um exemplo de  
977 como foi classificado. No caso a área do reservatório, menor que 50  
978 hectares, a gente considerou muito baixo. De 50 a 100 hectares baixo. E  
979 acima de 1000 hectares a gente considerou muito alto. A gente, isso aqui na  
980 parte técnica a gente discutiu muito, o quê que seria alto, o quê que seria  
981 baixo. E assim, no caso de peixes aqui, por exemplo, se interferia em um  
982 trecho menor que 10 quilômetros de rio ainda sem interferência, a gente  
983 considerou o sistema baixo. Agora se interfere em um trecho de rio acima de

984 180 quilômetros, ele é muito alto. Porque o impacto seria muito alto, porque  
985 vai interromper, de 180 quilômetros é o trecho que o rio, que os peixes  
986 conseguem fazer a migração, a migração de longa distância e somente  
987 algumas espécies específicas fazem isso, então depende do rio de longa,  
988 então o impacto na cidade seria muito alta. Então a gente definiu os  
989 impactos. Principais impactos dos recursos hídricos e ecossistemas  
990 aquáticos causados por hidrelétricas, no caso aqui foram 08 impactos que a  
991 gente definiu e espacializou cada um. Alteração do rio, transformando de  
992 (trecho incompreensível) e mudança da ictiofauna, interferência em rota  
993 migratória, impacto de peixe. Interferência em comunidade a isso, a jusante  
994 em função do regime de operação abaixo da barragem, se tem, se causa  
995 interferência. E o transporte de sedimentos da bacia, se altera. A qualidade  
996 das águas. Disponibilidade hídrica superficial. Fisiografia pluvial. Mudanças  
997 do Pato Mergulhão, se interferir em áreas de Pato Mergulhão. No caso do  
998 meio físico e ecossistema terrestre, a gente definiu esses, mais esses  
999 impactos que seria perda de vegetação e hábitos, redução da biodiversidade,  
1000 interferência em áreas protegidas e unidades de conservação, perda de  
1001 função reguladora da cobertura vegetal, potencial de desenvolvimento de  
1002 processo erosivos e perda de patrimônio espeleológico e paleontológico. No  
1003 meio socioeconômico também definimos mais esses impactos. Aumento do  
1004 risco por infração de doenças de veiculação hídrica, seria com a formação do  
1005 reservatório, aspectos que contornam, como as fontes de vida da  
1006 comunidade, alteração do sistema de produção, fluxo de circulação e  
1007 comunicação, uso econômico do solo, interferências em vínculos culturais da  
1008 sociedade. E esses impactos 20 e 21 são impactos positivos, que com a  
1009 construção do empreendimento poderia aumentar a arrecadação tributária,  
1010 melhorar a dinâmica de mercado de trabalho do município, potenciais usos  
1011 futuros do reservatório como o turismo, por exemplo, se futuramente o  
1012 reservatório pode servir a ser ponto turístico, e o impacto de perda de  
1013 patrimônio cultural, arqueológico e material. Então a gente, para cada  
1014 impacto desses, nós avaliamos a significância, a intensidade e abrangência e  
1015 espacializamos esses impactos, para cada empreendimento hidrelétrico e  
1016 também cruzamos e geramos mapa de impacto. Então aqui no caso dos  
1017 recursos hídricos, ecossistemas aquáticos, geraram mapas do sistema atual,  
1018 considerando os empreendimentos que existem hoje e no cenário de médio  
1019 prazo, quais seriam os impactos sobre os recursos hídricos. Você vê que  
1020 aqui a Bacia do Araguari ela está com os efeitos, não tem hidrelétrica aqui  
1021 hoje, então é baixo. Passa por um cenário de médio prazo, com a  
1022 implantação de algumas hidrelétricas, já muda o cenário dessa porção da  
1023 bacia, e aqui nessa região não tem nenhum empreendimento, então se  
1024 mantém. E a longo prazo, com aqueles empreendimentos de longo prazo, aí  
1025 a situação da bacia já muda por completo, porque já entra os  
1026 empreendimentos do Quebra-Anzol e também outros empreendimentos aqui

1027 na bacia do Alto Araguari, já muda bem de figura. E fizemos isso também por  
1028 meio físico e ecossistemas terrestres, onde se vê hoje essa parte em  
1029 vermelho, é onde já teve os impactos das grandes hidrelétricas existentes,  
1030 Nova Ponte, Miranda. E no cenário de médio prazo você vê aqui as  
1031 hidrelétricas previstas para o Araguari, onde já muda os efeitos dos impactos  
1032 seriam sentidos nessa região em médio prazo. E a longo prazo, já tem outras  
1033 hidrelétricas no Araguari, Quebra-Anzol e o Rio Uberabinha. Então esses  
1034 seriam mapas de impactos. Bom, também para o meio socioeconômico, para  
1035 os impactos dos meios socioeconômicos a gente espacializou, mesma  
1036 situação. Hoje aqui os impactos atuais nos municípios que já sofreram  
1037 alguma interferências dos empreendimentos atuais, aqui com os  
1038 empreendimentos a médio prazo e aqui a longo prazo. Então a gente fez o  
1039 mapa de sensibilidade e os mapas de impactos. Esse aqui ainda é o mapa  
1040 de impactos positivos que os empreendimentos podem causar nos  
1041 municípios. Também você vê aqui que altera, que o cenário atual pode ter  
1042 um impacto positivo em alguns empreendimentos. Depois que fizemos a  
1043 Sensibilidade e os Impactos, a gente fez os mapas de Vulnerabilidade  
1044 Ambiental. Que na verdade é a sobreposição dos mapas de Sensibilidade,  
1045 mapa de Impacto sobre a sensibilidade e para cada tema, os recursos  
1046 hídricos, ecossistemas terrestres. Nós só sobreposmos os impactos sobre a  
1047 sensibilidade, nós temos os mapas de vulnerabilidade da bacia a médio  
1048 prazo e a longo prazo e também temos o meio físico e ecossistema terrestre  
1049 também temos o mapa de vulnerabilidade de médio prazo e longo prazo. A  
1050 mesma coisa dos meios socioeconômicos de vulnerabilidade dos municípios  
1051 a médio prazo e a longo prazo. A gente gerou um mapa que chama  
1052 Capacidade de Respostas. O mapa de impacto positivo cruzando com o  
1053 mapa de capacidade de respostas, gerou o Mapa de Capacidade de  
1054 Resposta do Médio e Longo Prazo, também da bacia. Depois que a gente  
1055 fez toda essa análise da sensibilidade e dos impactos, a gente analisou  
1056 nessa parte daí, a gente vê a sinergia entre os impactos e a cumulatividade  
1057 entre os impactos e analisa todos os empreendimentos em conjunto. Então  
1058 esses são todos os impactos e a gente avaliou qual seria a sinergia e a  
1059 cumulatividade por impacto na bacia. E essa análise disso gerou o que é o  
1060 resultado da Avaliação Ambiental Integrada que são as diretrizes do tema  
1061 recursos hídricos, ecossistemas aquáticos, diretrizes do meio físico e  
1062 ecossistemas terrestres e as diretrizes por tema socioeconomia e patrimônio  
1063 cultural. Esse é o resultado da avaliação integrada, onde, então a gente  
1064 gerou, nós temos diretrizes de gestão ambiental da bacia. Então são 12  
1065 diretrizes para recursos hídricos, 02 para recursos hídricos e ecossistemas  
1066 terrestres, 06 para meios físicos e 02 para meio socioeconômico. Temos  
1067 recomendações para estudos complementares na UPG como estudos para  
1068 ictiofauna, como rota de migração e conhecimento melhor da ictiofauna da  
1069 bacia. E temos também um estudo complementar que é Estudar Melhor o

1070 Pato Mergulhão na Bacia. Isso são indicações para os estudos. E temos  
1071 indicação de diretrizes para o Licenciamento Ambiental dos  
1072 empreendimentos hidrelétricos na UPGRH. A gente definiu 03 para o  
1073 planejamento, são 10, isso aqui são só números. Mas essas diretrizes que  
1074 estão descritas detalhadamente lá na Avaliação Ambiental Integrada, mas a  
1075 gente fez um quadro resumo onde se tem a diretriz, abrangência da diretriz,  
1076 qual o empreendimento que ela se aplica e quem seria o responsável por  
1077 essa implantação dessa diretriz. Aqui no caso são as diretrizes gerais para a  
1078 gestão dos recursos hídricos. Essas diretrizes elas já estão contempladas no  
1079 Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia. Então a responsabilidade seria  
1080 do comitê e da Semad, do IGAM, do poder público municipal não é? Eu não  
1081 vou ficar passando uma por uma porque acho que aqui. Elaborar o Plano  
1082 Municipal de Saneamento Básico, isso aqui é responsabilidade da prefeitura  
1083 não é? Então assim, são diretrizes que já estão lá. Já estão no Plano Diretor.  
1084 Essas são outras: Definir critério de corpo d'água; definir prioridade de uso;  
1085 saber a lei de Política da Barragem, tem que ser atendida em todos os  
1086 empreendimentos, todos os empreendimentos tem de atender a legislação;  
1087 atender a legislação, é responsabilidade dos empreendedores da bacia.  
1088 Temos diretrizes para recursos hídricos, seria: Manutenção e monitoramento  
1089 da qualidade da água, das superficiais integradas que a gente entende que a  
1090 responsabilidade seria do Semad e IGAM; estimular programas de condição  
1091 do saneamento da bacia, também é o comitê que tem que desenvolver.  
1092 Diretrizes gerais para meio físico: uma rede integrada de transporte de  
1093 sedimento da bacia, isso não, a bacia não tem isso, então quem teria que  
1094 fazer? Os empreendedores teriam que se juntar para fazer esse trabalho;  
1095 implantar ações para embasar a criação de Unidade de Conservação de  
1096 proteção integral, a gente está indicando uma possível criação de unidade de  
1097 conservação para proteção do Pato Mergulhão no Alto Araguari, seria o  
1098 Semad e o IEF o responsável; a implantação do programa de qualidade das  
1099 águas, como já tem o Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, se estender  
1100 também para a Bacia do Araguari, seria o comitê; Elaboração do Plano  
1101 Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Pacuera e  
1102 realmente implementar ele, seria responsabilidade dos empreendedores. Do  
1103 meio socioeconômico seria: articulação entre atores dos setores  
1104 hidrelétricos, seria eles conversarem mais em respeito de todas, assim fazer  
1105 articulação em todos os empreendedores da bacia, celebrar convênios com o  
1106 poder público, os empreendedores seriam os responsáveis por isso; aquela  
1107 parte que eu falei de estudos complementares, no caso de Avaliação do  
1108 Processo Migratório de peixes na Bacia do Araguari e aqui a gente define  
1109 que tem que melhorar o conhecimento da rota migratória de peixes no Alto  
1110 Araguari acima da UHE Nova Ponte e no Quebra-Anzol, são dois trechos de  
1111 rios como tem maior sensibilidade, você tem que estudar melhor essa  
1112 ictiofauna e conhecer melhor antes de implantar esse empreendimentos.

1113 Aqui a gente lista quais seria as PCH's que teriam que cumprir essa, fazer  
1114 essa diretriz, entendeu? A mesma coisa, completar o andamento da  
1115 ictiofauna, também na mesma região, incluímos a sub-bacia do Rio Claro  
1116 que é outra bacia afluyente do Araguari e quais seriam as PCH's que também  
1117 teriam que cumprir essa diretriz. Os responsáveis são os empreendedores  
1118 dessas PCH's certo? São estudos que tem que ser elaborados na fase de  
1119 Licenciamento Ambiental. Aqui no caso o Pato Mergulhão também tem que  
1120 se melhorar o conhecimento do Pato Mergulhão nas bacias, no Quebra-  
1121 Anzol do Araguari e também do Rio Claro. O Rio Claro, o Araguari ele existe,  
1122 o Pato Mergulhão já se conhece que ele tem, mas o Quebra-Anzol ainda não  
1123 se achou o pato lá. O Quebra-Anzol a princípio eles acham que é por causa  
1124 da qualidade da água que o pato não ocorre, porque o pato só se alimenta  
1125 em água limpa, ele não vive em água suja. E a Bacia do Quebra-Anzol tem  
1126 um sedimento, um transporte de sedimento muito forte, então a gente, a  
1127 Terra Brasilis que foi responsável, acredita que o pato não ocorra lá porque  
1128 ele não consegue enxergar o peixe, a água está turva, ele não consegue  
1129 mergulhar e ver o peixe. O Araguari ele é água limpa, então ele consegue  
1130 pescar. O Rio Claro tem todas as condições para ter o pato, água limpa e  
1131 mata ciliar preservada, mas o pato não foi enxergado lá, então tem que saber  
1132 se ele ocorre lá é melhor. Então esses são os empreendedores que tem que  
1133 fazer esse estudo do Pato Mergulhão na bacia. Para os processos de  
1134 Licenciamento Ambiental são algumas ações que já são previstas na lei, que  
1135 é o controle ambiental de afluentes, monitoramento da qualidade da água.  
1136 Aqui no caso do Rio Uberabinha, o Rio Uberabinha recebe todo o esgoto de  
1137 Uberlândia, então a qualidade da água do Rio Uberabinha é muito ruim, os  
1138 reservatórios que já existem lá tem alta eutrofização, o desenvolvimento de  
1139 macrófita é muito grande. Com previsão de implantação de outros  
1140 empreendimentos naquela mesma bacia abaixo de Uberaba, de Uberlândia,  
1141 pode ser que a qualidade da água piore, então tem que se fazer uma  
1142 modelagem como que vai ficar essa água com a implantação desses  
1143 empreendimentos. O monitoramento da água do Rio Claro. A nascente do  
1144 Rio Claro é a captação de Uberaba e tem uma série de produtores rurais,  
1145 com uso intensivo de agrotóxicos, e então a qualidade da água tem que ser  
1146 monitorada. E também no Quebra-Anzol também esses PCH's tem que sim  
1147 fazer um monitoramento efetivo da qualidade da água no Quebra-Anzol. Os  
1148 empreendimentos também da Bacia do Araguari, Quebra-Anzol tem que se  
1149 prever o monitoramento do Pato Mergulhão na fase de licenciamento. A  
1150 gente propôs uma ação na fase de licenciamento que é apoio à conservação  
1151 do solo na Bacia do Quebra-Anzol. Igual eu falei, o uso intensivo tem  
1152 causado o assoreamento grande da bacia. Então a gente está propondo um  
1153 programa de conservação do solo para os proprietários rurais, os  
1154 empreendedores apoiam esse programa. A gente está propondo na Bacia do  
1155 Quebra-Anzol a criação da unidade de conservação para peixe, acho que já

1156 é uma determinação acho já do pessoal do comitê e do Plano Diretor de  
1157 Recursos Hídricos. Porque o Quebra-Anzol é importante para a reprodução  
1158 de peixes. Tem que se avaliar a necessidade de transposição de peixes em  
1159 todos os empreendimentos hidrelétricos na bacia e proposição de medidas  
1160 mitigadoras para a ictiofauna. Além da avaliação da disponibilidade hídrica  
1161 para cada empreendimento em função que a bacia tem um consumo de  
1162 água considerável para a irrigação. Então cada empreendimento tem que ser  
1163 levado em consideração isso aí. Aperfeiçoar uma articulação entre o poder  
1164 público e os órgãos ambientais para a conservação dos ecossistemas  
1165 terrestres. Destinação de recursos de compensação ambiental dos  
1166 empreendimentos hidrelétricos, direcionar para a bacia, porque muitas vezes  
1167 o recurso que é gerado pelas usinas para os municípios, eles não são  
1168 destinados para a bacia, eles são destinados para outras bacias. No caso da  
1169 PCH Fula e Nunes, é aquela que está aqui na UPGRH que tem que solicitar  
1170 a anuência do Parque Nacional da Serra da Canastra, isso está até previsto  
1171 em lei, porque está na zona de amortecimento. E apoio a criação da APA  
1172 Chapadão do Bugre na nascente do Rio Uberabinha, Rio Claro e  
1173 Uberabinha, que é a captação de água de Uberlândia e de Uberaba. Então a  
1174 gente está propondo que seja criada essa APA. E aqui a parte  
1175 socioeconômica que são aqueles programas tradicionais de hidrelétricas e  
1176 impacto socioeconômico: negociação; indenização, fazer uma negociação  
1177 transparente; fazer um sistema, um programa de Comunicação Social bem  
1178 feito; avaliar a questão de comunidades mais sensíveis, a presença de  
1179 comunidades mais sensíveis. No caso se a da Uberabinha tem interferência  
1180 em área urbana da cidade de Uberaba, de Uberlândia, essas PCH's Buriti,  
1181 Dias e Bom Jardim, elas estão em zona urbana e zona de expansão urbana,  
1182 então elas têm que ser bem avaliadas. No caso de algumas PCH's tem  
1183 interferência em assentamentos do INCRA, então essas PCH's Baixada do  
1184 Morro Alto e Quebra-Anzol elas tem interferência com assentamentos. Elas  
1185 têm que ser levadas em consideração a manifestação do INCRA sobre esses  
1186 empreendimentos. Avaliação do mercado imobiliário, se vai ter habitação  
1187 disponível na fase de obra, quando chega muita gente para o município pode  
1188 transformar causar impacto nos municípios. O uso econômico do solo.  
1189 Comunicação social, igual eu falei. Então essas de uso socioeconômico são  
1190 todos já previstos na legislação, acho que a gente só está reforçando para  
1191 potencializar os impactos positivos que podem ser causados. Então é isso. A  
1192 Avaliação Ambiental ela é importante, porque acho que vai orientar a  
1193 SUPRAM no Licenciamento Ambiental desses empreendimentos na bacia e  
1194 que ela dá diretrizes para cada empreendimento e acho que ela pode ser  
1195 usada também para outros empreendimentos na bacia, não só para o setor  
1196 hidrelétrico e a Avaliação Ambiental a gente não indica nem a viabilidade,  
1197 nem a inviabilidade dos empreendimentos. Nós só indicamos onde é mais  
1198 sensível e mais, porque quem vai viabilizar o empreendimento é no caso a

1199 Supram e os técnicos que vão decidir é o COPAM. E a gente recomenda não  
1200 se construir as hidrelétricas do Quebra-Anzol, em função dos peixes e não  
1201 recomenda a construção das hidrelétricas do Alto Araguari no entorno do  
1202 parque. Está recomendado, mas é recomendação, a gente não pode  
1203 inviabilizar ou viabilizar empreendimentos. E essa avaliação deve servir de  
1204 termo de referência para os estudos ambientais que vão ser desenvolvidos  
1205 para essas PCH's. E durante o processo do licenciamento serve também  
1206 para se pedir estudos complementares e condicionantes de aprovação  
1207 dessas hidrelétricas. Essa que é o objetivo da avaliação, eu acho que é uma  
1208 ferramenta importante para o planejamento ambiental e para te dá uma visão  
1209 geral da bacia e onde pode o empreendimento onde não se pode. E acho  
1210 que apesar de não estar grande parte está na Bacia do Araguari, eu acho  
1211 que isso pode ser desenvolvido para outras bacias, não só para  
1212 empreendimentos de hidrelétricas, mas para os empreendimentos,  
1213 desenvolvido para todos os empreendimentos onde você tem uma visão da  
1214 bacia, o quê que pode e o quê que não pode naquela bacia não é? Acho que  
1215 seria mais fácil para se planejar ambientalmente o empreendimento, a  
1216 implantação de empreendimento na bacia. Isso já é feito em outros estados,  
1217 como o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul se tem Avaliação Ambiental  
1218 Integrada para reflorestamento, para hidrelétrica, para mineração, para tudo.  
1219 Então quer dizer, quando o cara quer chegar e quer falar assim: 'Eu quero  
1220 fazer um reflorestamento em tal área.', 'Não, não pode. Essa área aqui em  
1221 sensível, não pode fazer reflorestamento aqui.' Não licencia. Você não  
1222 precisa nem entrar com o FCE entendeu? Então assim, acho que isso pode  
1223 ser uma ferramenta interessante de Gestão Ambiental da Bacia não é?  
1224 Vários Estados já tem, Goiás também tem o sistema dele, a Bahia está  
1225 implantando agora. Então eu acho que é uma ferramenta importante que  
1226 devia ser desenvolvida e que pode ser feita aqui na Bacia do Alto São  
1227 Francisco. Acho que é isso, acho que não sei se deu para dar uma geral, é  
1228 muito grande e realmente é muito complexo o entendimento de tudo. O  
1229 Cássio quer falar? O Cássio chegou agora da SEMAD, ele acompanhou a  
1230 elaboração da Avaliação Ambiental. E eu acho que ela, esse documento vai  
1231 estar disponível, não é Cássio? Cássio, SEMAD: "Bom dia senhoras e  
1232 senhores Conselheiros e demais presentes. Esse estudo de AAI que foi  
1233 apresentado pelo Eduardo, ele está disponível no site da Semad, no sítio  
1234 eletrônico da Semad, na aba de gestão ambiental. E ele foi analisado por nós  
1235 da Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais. Foram feitas duas  
1236 complementações e um terceiro Parecer Técnico que atendeu ao disposto no  
1237 Termo de Referência anexo único da Deliberação Normativa COPAM 75. É  
1238 isso. À disposição para maiores esclarecimentos." Eduardo Andrade,  
1239 representante da empresa de consultoria: "Eu só quero completar porque a  
1240 gente começou a fazer a Avaliação Ambiental Integrada, A Semad estava  
1241 patrocinando um seminário sobre Avaliação Ambiental Integrada, não é

1242 Cássio? Isso foi em novembro de 2015, a gente estava no meio da  
1243 caracterização, quando a gente ficou sabendo do seminário que a Semad  
1244 estava organizando e as Avaliações Ambientais não chamavam o órgão  
1245 ambiental. O órgão ambiental só pegava ela no final. Aí a gente conversou  
1246 com o Cássio, com a Gabriela, com o Leonardo e chamamos eles para  
1247 participarem dos nossos debates, então eles participaram dos nossos  
1248 workshops. A gente fazia a primeira parte, apresentou para todo mundo,  
1249 discutiui. A segunda parte também a Semad participou, deu opinião,  
1250 mudamos, voltamos e eles e protocolamos a Avaliação Ambiental. Eles  
1251 analisaram. Vou te falar que analisaram com detalhe, porque eles refizeram  
1252 todos os cruzamentos de mapa, todos esses cruzamentos eles fizeram no  
1253 órgão ambiental. Até assim, eu nunca vi isso. Eles acharam um errinho.  
1254 Tinha um errinho pequeno na bacia lá e eles falaram: 'Está errado.' E  
1255 realmente estava errado, um cruzamento errado, quer dizer, eles fizeram  
1256 uma análise criteriosa, vou te falar que foi criteriosa porque pegaram  
1257 detalhes e todos... teve 03 pareceres não é Cássio? 03 avaliações. Todas  
1258 consistentes. Nós atendemos todos e por fim, acho que foi um trabalho legal,  
1259 porque foi aprovado com... foi mais fácil a aprovação, porque se chegasse  
1260 documento pronto, eles teriam que entender como é que tudo foi feito. E na  
1261 verdade essa avaliação eles participaram do desenvolvimento. Então foi bem  
1262 mais tranquilo, não é? Acho que é isso. Se tiver alguma pergunta, estamos aí  
1263 à disposição." Não se identificou: "(Trecho incompreensível)." Eduardo  
1264 Andrade, representante da empresa de consultoria: "A questão do dado  
1265 secundário, ela está prevista no Termo de Referência da DN. Até esse  
1266 workshop que a Semad organizou em 2015, eles já estavam pensando em  
1267 melhorar o Termo de Referência, porque o Termo de Referência é genérico e  
1268 ele não se adequa a todas as bacias, o Estado é muito grande, as bacias são  
1269 diversas. Então tem um pensamento da Semad de mudar, de alterar esse  
1270 Termo de Referência para melhorar isso até usando essa aí seria uma  
1271 referência para outros estudos no Estado. O dado secundário está prevista  
1272 na DN e assim mesmo, agora a escala é essa, e escala de trabalho é essa.  
1273 Esse detalhe que vai se ter, isso se joga tudo para o EIA/RIMA. O EIA/RIMA  
1274 é que tem que informar, entendeu? O EIA/RIMA ele tem que analisar não o  
1275 empreendimento sozinho, ele tem que analisar todos, entendeu? Ele tem que  
1276 prever os impactos cumulativos e sinérgicos de outros empreendimentos da  
1277 bacia, entendeu? Isto está previsto no Conama. O Conama 001 do EIA/RIMA  
1278 e ninguém faz isso. Tem que se avaliar o conjunto de empreendimentos e  
1279 não só se implantar um é uma coisa, se implantar dois é outra não é? E a  
1280 escala de trabalho, o detalhe você vai conseguir no Licenciamento  
1281 Ambiental, entendeu? Isso aqui realmente é macro mesmo, a escala você  
1282 não consegue detalhar muito, a gente trabalhou com muitos estudos  
1283 ambientais que seriam dados, levantamento de ictiofauna da bacia, quer  
1284 dizer, a gente pegou bastante informação de dados que foram coletados na

1285 bacia. Como do Pato Mergulhão, por exemplo, a Terra Brasilis trabalha há 15  
1286 anos na bacia, ela tem todas as informações do Pato Mergulhão, inclusive  
1287 eles foram a campo. Eles foram a campo para pesquisar algumas bacias se  
1288 achava o pato não é? A questão de peixe, já é bastante estudada no Alto  
1289 Quebra-Anzol, tem vários trabalhos da Cemig de Nova Ponte. Então quer  
1290 dizer, a gente trabalhou com essas informações. Uso do solo, a gente pegou  
1291 uma imagem de satélite de 2015 e atualizou ela, quer dizer, são informações  
1292 consistentes, entendeu? Mas esse nível de detalhe tem que ser feito na parte  
1293 de licenciamento. Na fase de Licença Prévia, onde o estudo ambiental é o  
1294 que vai apontar esses detalhes. A gente tem uma espécie ameaçada, por  
1295 exemplo, na bacia que é a Andorinha do Ninhal, ela só ocorre nas pedras em  
1296 cima do rio, a gente não consegue, não consegue saber onde que ela ocorre  
1297 nessa escala. Quem vai indicar isso é o EIA/RIMA, se ela ocorre. As são  
1298 espécies ameaçadas quem tem que ver é o EIA/RIMA. Nessa escala, isso aí  
1299 seria assim, não sei se você consegue ver no cenário como seria as  
1300 condições e onde você tem que atuar, quais empreendimentos a Supram  
1301 pode inviabilizar ou não. Não a gente não é? Nós estamos indicando essa  
1302 área é sensível, entendeu? Por exemplo, a gente recomenda que as PCH's  
1303 do Quebra-Anzol não sejam feitas, por que elas são reservatórios extensos,  
1304 ela tem potencial de assoreamento do reservatório muito grande, ela está  
1305 pegando áreas produtivas muito chacreamento e tem reprodução de peixe. É  
1306 um trecho importantíssimo para a reprodução de peixe. A gente pode  
1307 recomendar que elas não sejam feitas, mas quem vai inviabilizar é a Supram  
1308 e o EIA/RIMA não é? O EIA/RIMA tem que viabilizar, provar que é viável não  
1309 é? Entendeu? É na Licença Prévia.” Não se identificou: “(Trecho  
1310 incompreensível).” Eduardo Andrade, representante da empresa de  
1311 consultoria: “Uhum. Sim. Uhum. É. Sim. É o ZEE do Estado. O Termo de  
1312 Referência da DN Copam fala que você tem utilizar o ZEE do Estado. Nós  
1313 nem chegamos a utilizar o ZEE do Estado em função que ele está  
1314 desatualizado, e ele é mais macro também, não é? Então nós fizemos um  
1315 mapeamento mais sem utilizar o ZEE e citamos ele, mas não usamos ele  
1316 como referência. E ele está desatualizado e ele teria que ser atualizado.  
1317 Como esse trabalho também tem que ser atualizado periodicamente. O ZEE  
1318 do Estado é de 2008, ele já vai para 10 anos com os dados utilizados em  
1319 2006, quer dizer ele é totalmente desatualizado. Quer dizer, esse trabalho  
1320 também ele foi feito agora, mas ele tem que passar por uma revisão, sei lá, a  
1321 cada 05 anos, eu acho que uma data. E refeito todo o mapeamento de todo o  
1322 zoneamento de novo com todos os empreendimentos, como novos usos da  
1323 bacia. Acho que é por aí, entendeu?” Não se identificou: “(Trecho  
1324 incompreensível).” Eduardo Andrade, representante da empresa de  
1325 consultoria: “Se tiver mais alguma pergunta acho que é isso. Obrigado.  
1326 Estamos à disposição lá na Sete, Eduardo Andrade o meu nome e eu vou  
1327 passar o contato para disponibilizar para o URC e disponibilizar também o

1328 site onde está, vou passar um e-mail para o URC. Vou colocar aqui, Onde  
1329 está o site dos arquivos não é?

1330

\*\*\*\* \*\*

1331

**APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

1332

1333

1334

1335

---

**Presidente Diogo Soares de Melo Franco**